

HISTÓRIA

O descobrimento do Brasil

O Brasil foi descoberto pelo almirante português Pedro Alvares Cabral, no dia 21 de Abril de 1500.

Tendo sido encarregado de ir às Índias, para firmar o comércio português com os povos daquela região, a 9 de Março de 1500 Cabral partiu do Tejo, comandando uma esquadra de 13 navios.

Chegando às costas da Guiné, na Africa, a esquadra afastou-se tanto para o lado do ocidente que a 21 de Abril descobriu sinais de terra e a 22 à tarde avistou um alto monte, que recebeu o nome de *monte Pascoal*, por ter sido descoberto na quarta-feira de Páscoa.

Depois de abrigar os seus navios em um pôrto, a que deu o nome de *Pôrto Seguro*, e de fazer amizade com os selvagens, a 1 de Maio o almirante português fez levantar uma grande cruz no continente e, depois da missa rezada por frei Henrique de Coimbra, tomou posse da terra, em nome de D. Manuel, rei de Portugal.

No dia 2 de Maio a esquadra seguiu para as Índias com um navio a menos, porque êste, comandado por André Gonçalves, foi levar a agradável notícia a D. Manuel, em carta escrita por Pedro Vaz Caminha, escrivão da armada.

A nova terra, julgada ilha, foi denominada *Ilha de Vera Cruz*, nome que mais tarde foi mudado para *Terra de Santa Cruz*, em homenagem ao Redentor.

Muito mais tarde recebeu ela o nome atual de Brasil, devido à abundância de *pau brasil* existente na região, que fornece excelente madeira côr de brasa, própria para tinturaria.

Os indígenas

O Brasil era habitado por numerosas *tribus ou* nações de indígenas, quando Pedro Álvares Cabral o descobriu.

Duas destas tribus destacavam-se das mais: a dos *tupís*, que se espalhava pelo litoral, dividida e subdividida em muitas outras, e a dos *tapúias* — que habitava o interior.

Distribuídas pelos diversos pontos do território, eram notáveis as seguintes tribus: a dos *tabaiaras*, em Pernambuco; a dos *tupinambás* e a dos *tupiniquins*, na Bahia; *potiguares*, na Paraíba e Rio Grande do Norte; *aimorés* e *goitacazes*, no Espírito Santo e Rio de Janeiro; *guaianazes*, em S. Paulo; *carijós*, no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina; *guaicurús*, índios cavaleiros, em Mato Grosso.

Os indígenas moravam em *tabas* ou *aldeias* e cultivavam a mandioca, o feijão e o milho. Alimentavam-se de frutas, de raízes, da caça e da pesca e algumas vezes da carne dos inimigos, o que faziam por ódio e vingança.

Andavam quase nus. Alguns usavam enfeites de penas na cabeça, na cintura, nos joelhos e nos tornozelos; outros enfeitavam os braços, pintavam o corpo, colocavam um colar de dentes no pescoço e furavam os lábios e o nariz, para introduzirem nos furos dentes de animais ferozes e pedaços de pau; os que habitavam os lugares mais frios cobriam-se com peles de animais.

Falavam uma língua diferente da nossa; não tinham religião; adoravam animais, pedaços de pau, os astros, e tinham grande medo do trovão, que denominavam *tupã*, isto é, deus do raio.

Respeitavam a um chefe, chamado *cacique* ou *morubixaba*, e acreditavam nos *pagés* — velhos índios, adivinhadores e feiticeiros, que conheciam as doenças e seus remédios e viviam isolados, em lugares sombrios.

Viviam em constantes lutas, sendo as guerras, entre eles, feitas de surpresa, na maior desordem e com horrível gritaria. Os vencedores destruíam as tabas inimigas e conservavam os prisioneiros, para devorá-los no banquete da vitória.

Manejavam admiravelmente o arco, a flecha e o tacape, que eles mesmos fabricavam de madeira pesada e forte.

Os indígenas eram geralmente baixos, robustos e fortes, hospitaleiros até com os inimigos; amavam a música e a dança e trabalhavam tanto quanto lhes permitiam os reduzidos meios de que dispunham.

A expedição de Martim Afonso de Sousa.

Fundação de S. Vicente

Por morte de D. Manuel, subiu ao trono de Portugal seu filho D. João III.

Querendo êste soberano colonizar o Brasil, encarregou desta missão o fidalgo Martim Afonso de Sousa, confiando-lhe o comando de uma esquadra de cinco navios e 400 homens.

Martim Afonso devia também explorar os mares do sul e dirigir as colônias que fundasse.

A 3 de Dezembro de 1530 partiu êle de Lisboa, chegando a 12 de Agosto do ano seguinte à *Ilha do Abrigo*, próximo à cidade de Cananéia, de onde fez partir para o interior uma expedição de 80 homens, que não mais voltou.

Perseguido pelas tempestades que reinavam naqueles mares, Martim Afonso encarregou seu irmão Pedro Lopes de ir explorar o rio da Prata e dirigiu-se para o norte, ancorando a 22 de Janeiro de 1532 na ilha de *Induá-Guassú*, que denominou *S. Vicente*, por ser dia desse santo.

Alí mandou Martim Afonso construir um forte e abrigou a sua gente, o que irritou a *Tibiricá*, chefe dos guaianazes, que se aliou aos *carijós* e aos *tupís*, para os expulsar de suas terras.

Sabedor do que acontecia, o português *João Ramalho*, casado com *Bar-tira*, filha do chefe indígena, conseguiu acalmar o sôgro e fazer com que êle e a sua gente acolhessem bem os Portugueses e os auxiliassem em quanto fosse preciso.

Êste auxílio inesperado encheu de alegria os invasores, que fizeram disparar a artilharia em ar festivo.

Feita a amizade com os selvagens graças a *João Ramalho*, seguindo as informações deste Martim Afonso lançou os fundamentos da *colônia de S. Vicente*, hoje cidade, em uma colina da ilha de *Induá-Guassú*, à margem do rio *S. Vicente*; distribuiu as terras pelos colonos que o acompanhavam e fez construir a igreja da *Assunção*, a casa do conselho, a cadeia, o estaleiro e diversos prédios.

Na parte central da ilha, cujas terras reservou para si, fez plantar cana de açúcar, que trouxera da ilha da *Madeira*.

Em Maio de 1532 Martim Afonso fez seguir seu irmão para Portugal, a fim de informar o soberano do que já havia feito, e deu início à exploração do interior, seguindo o caminho percorrido pelos selvagens.

Chegando aos *campos de Piratininga*, onde residia *João Ramalho*, fez doação a êste daquelas terras, em atenção aos relevantes serviços que lhe prestara.

Achava-se Martim Afonso em *S. Vicente*, quando recebeu o título de *donatário* de cem léguas das terras cuja colonização iniciara.

Antes de partir para Portugal, o que se deu em 1533, Martim Afonso fundou a *vila da Conceição de Itanhaem*, a oito léguas de S. Vicente, e confiou a Gonçalo Monteiro o govêrno de suas terras.

João Ramalho e Santo André

João Ramalho, que tanto auxiliou a Martim Afonso na colonização do Brasil, nasceu em Portugal, na cidade de Barcelos.

Não se sabe ao certo quando e como veio aquí parar. Supõe-se que tenha caído ao mar, nas proximidades de Cananéia ou de S. Vicente, ao participar de uma das expedições que vieram ao Brasil com o fim de explorar o litoral.

Salvando-se das ondas, chegou ao aldeamento dos guaianazes, sendo benêvolamente acolhido pelos selvagens. Mais tarde casou com *Bartira*, filha do chefe Tibiriçá, conseguindo tornar-se respeitado e querido de toda a tribo.

Recebendo em doação os *campos de Piratininga* e sendo nomeado capitão-mor da povoação que ali se fundasse, João Ramalho e seus filhos deram nascimento à *vila de Santo André*, hoje séde do município do mesmo nome.

Em 1560, a pedido dos padres da *Companhia de Jesus*, Mem de Sá extinguíu a vila de Santo André, transferindo os colonos para S. Paulo.

Este fato contristou bastante a João Ramalho, mas não impediu que êle, a pedido do povo e da Câmara de S. Paulo, assumisse o comando da gente que teve de ir ao sertão combater os *tupiniquins*, em virtude de terem os mesmos, pouco antes, cercado e atacado a vila de Piratininga.

Os primeiros tempos da capitania de S. Vicente

A capitania de S. Vicente, com cem léguas de costa, doada a Martim Afonso de Sousa, pouco se desenvolveu depois da partida do seu donatário para Portugal.

Entregue à direção de Gonçalo Monteiro, não conseguiu êle, apesar de ativo e empreendedor, corresponder à confiança que lhe depositou o donatário, que, mesmo longe, mostrava o maior interêsse por suas terras, mandando constantemente avultada quantidade de artigos para a lavoura.

Pouco depois da partida de Martim Afonso, fugindo à perseguição dos índios *guerandís*, os espanhóis que povoavam o rio da Prata foram se estabelecer em Iguape, chefiados por Rui Mosquera e auxiliados pelos índios *carijós*.

Sabedor do fato, Gonçalo Monteiro mandou alguns barcos contra os intrusos, perecendo todos os tripulantes às mãos de Mosquera e sua gente.

Vitoriosos êstes, S. Vicente foi logo depois assaltada e saqueada, retirando-se os assaltantes com a maior rapidez.

Passado o momento de surpresa, Pedro de Góis e Rui Pinto, com alguns colonos, saíram em perseguição dos atacantes, não os encontrando porém.

A êste desastre seguiu-se o do transbordamento das águas do mar sôbre a povoação, que prejudicou seriamente alguns edificios e a igreja da Assunção, afugentando para Santos, Santo André e S. Paulo boa parte da população.

Substituído Gonçalo Monteiro por Antônio de Oliveira, logo de início teve êste a atormentá-lo a obstrução da barra do rio S. Vicente e o fechamento das fábricas de açúcar de Induá-Guassú, abandonadas pelos colonos, que procuravam estabelecer-se na *barra grande de Santos*, então denominada *pôrto da vila de S. Vicente*.

Encaminhando-se para ali tôdas as embarcações que se destinavam a S. Vicente, Santos foi absorvendo pouco a pouco a população de S. Vicente, até quase fazê-la desaparecer.

Santos e Brás Cubas

Brás Cubas, fidalgo português, veio para o Brasil com Martim Afonso de Sousa, ao qual prestou relevantes serviços como capitão-mor e provedor da fazenda real.

Não se prestando aos fins que tinha em vista as terras que lhe foram doadas em *Jeribatuba e Induá-Guassú*, por ficarem muito distantes da povoação, conseguiu de um dos proprietários a cessão das terras próximas ao pôrto, derrubou as matas que as cobriam e preparou o solo para edificações.

Logo de início foi feliz no seu intento, porque contou com o auxílio dos habitantes de Santo Amaro e dos colonos do lagamar de Santos e de Caniú.

A obstrução da barra do rio S. Vicente desviou para ali as embarcações que se destinavam à colônia, atraídas pela boa e segura ancoragem que lhe oferecia o pôrto de Santos.

Nas suas visitas freqüentes a estas embarcações, *Brás Cubas* pôde notar que muitas vezes os tripulantes adoeciam e não tinham recursos para tratar-se.

Para sanar êste mal, resolveu fundar uma casa de saúde capaz de socorrer a quantos dela precisassem.

Pedido o consentimento ao donatário, êste não se opôs à execução de obra tão humanitária e em 1537 teve início a construção do edificio, com

uma igreja anexa, que recebeu o nome de *Nossa Senhora da Misericórdia*, sob a invocação de *Santos*, à imitação de outra que havia em Lisboa.

Esta invocação passou em seguida ao povoado, que tomou o nome de *pôrto de Santos* e ficou sujeito à administração da vila de S. Vicente.

Pouco demorou, porém, esta sujeição, porque, sobrepujando o pôrto de Santos a vila de S. Vicente em população e comércio, em 1545 *Brás Cubas* elevou-a à categoria de vila, o que foi aprovado em 1546 pelo rei de Portugal.

Santos é hoje uma grande e rica cidade comercial, o primeiro pôrto do Estado de S. Paulo e talvez de toda a América do Sul.

Brás Cubas faleceu em 1592, deixando numerosa descendência. Os santistas perpetuaram-lhe a memória, erguendo-lhe uma estátua em uma das praças da cidade.

Fundação de S. Paulo

Em 1549 D. João III resolveu estabelecer no Brasil os *governadores gerais*, visto não terem produzido grande resultado os sistemas de colonização experimentados até então.

Tomé de Sousa, primeiro governador nomeado, trouxe consigo diversas famílias, numerosos funcionários e cinco jesuitas para o serviço da catequese dos selvagens. Escolheu a Bahia para sede do governo, dirigiu com acêrto e energia os negócios da colônia e em 1553 passou o governo ao seu sucessor *Duarte da Costa*, retirando-se para Portugal.

Com o novo governador vieram mais jesuitas, entre os quais o padre *José de Anchieta*.

Manuel da Nóbrega, superior dos jesuítas, que viera com *Tomé de Sousa* e se encontrava em S. Vicente, desejando fundar um colégio nesta capitania, determinou a vinda de *Anchieta* para tal fim.

Percorreram ambos a aldeia de Piratininga e a vila de Santo André. E, julgando-as impróprias para o que visavam, escolheram a três léguas dali um lugar alto entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, onde lançaram as bases do colégio, sob a invocação de S. Paulo, a 25 de Janeiro de 1554.

Logo começaram a correr para êle os colonos e selvagens de outros núcleos coloniais, o que desagradou a João Ramalho, que não poupava esforços para o desenvolvimento de Santo André.

Isto deu origem a rivalidades e lutas muito sérias entre João Ramalho e os jesuitas, lutas que só terminaram em 1560, quando o governador *Mem de Sá* ordenou a demolição de Santo André e elevou S. Paulo à categoria de vila, com o nome de *S. Paulo de Piratininga*.

Em 1711 a vila foi elevada à categoria de cidade com o simples nome de S. Paulo e evoluiu tanto que hoje constitui o nosso orgulho e o orgulho do Brasil.

Os Tamóios

Conhecido na Europa o descobrimento do Brasil, numerosos piratas, notadamente franceses, começaram a visitar as suas costas, para fazerem carregamentos de *pau-brasil*.

Estas constantes visitas, e o abandono em que por muito tempo os portugueses deixaram a sua colônia, serviram para que entre os piratas e os selvagens se estabelecessem laços de verdadeira amizade. De modo que, quando Portugal tomou a resolução de colonizar o território, encontrou o ânimo dos selvagens suficientemente preparado contra êle.

Desta animosidade se aproveitaram os franceses que, em 1555, no governo de Duarte da Costa, se estabeleceram no Rio de Janeiro, onde pretendiam fundar a França Antártica.

Não dispondo de forças para agir, o governador deixou-os à vontade, com tempo de se fortificarem e de conseguirem a amizade e o auxílio dos chefes da tribo dos *tamóios*.

Substituído Duarte da Costa por Mem de Sá, êste atacou os franceses na ilha de *Serigipe*, em princípios de 1560, obrigando-os a se internarem pelos sertões.

Satisfeito com o conseguido, Mem de Sá arrasou-lhes o forte e retirou-se para a Bahia, convencido de que não mais voltariam a importuná-lo.

Os franceses, porém, não só tornaram a fortificar-se como conseguiram levantar os *tamóios* contra os portugueses, levando-os a praticar toda a sorte de barbaridades em S. Vicente, S. Tomé e Vitória do Espírito Santo.

Por fim atiraram-nos contra o colégio de S. Paulo, valendo-se das pazes feitas pelos padres com a gente de João Ramalho e de Tibiriçá, que os chefes *tamóios* não viam com bons olhos.

Repelidos neste primeiro assalto pelos colonos e indígenas às ordens de Tibiriçá, resolveram os *tamóios* um ataque decisivo a S. Paulo, afim de destruir a colônia e exterminarem os habitantes ou obrigá-los à retirada definitiva do território.

Para isso reuniram-se centenas de chefes e organizaram uma aliança que passou à história com o nome de *Confederação dos Tamóios*.

Compreenderam *Anchieta* e *Nóbrega* a inutilidade de qualquer resistência ao ataque, com os reduzidos recursos que dispunham. Pelo que, ar-

riscando a própria vida, foram os dois a *Iperoig*, onde se achavam os chefes indígenas, aos quais propuseram um acôrdo.

Muito lhes custou vencer a cólera dos selvagens e conseguir a suspensão das lutas.

Cederam por fim, ficando estabelecida a partida de Nóbrega para S. Paulo, afim de submeter o acôrdo à aprovação, enquanto Anchieta ali se conservava como garantia, até à volta do companheiro.

Foi durante esta espera que Anchieta escreveu na areia da praia os primeiros versos do seu poema à Virgem.

Depois de alguns dias voltava Nóbrega a *Iperoig*, estabelecendo-se a paz tão desejada.

Com a paz de *Iperoig* e a expulsão definitiva dos franceses do Rio de Janeiro em 1567, pôde Mem de Sá entregar-se com mais sossêgo ao desenvolvimento da colônia, que êle governou com carinho, sabedoria e entusiasmo até 2 de Março de 1572, data do seu falecimento na Bahia.

Os Jesuitas

Vindos ao Brasil para catequizar os selvagens, compreenderam os jesuitas que deviam afastar-se o mais possível da submissão às autoridades civis e lutar contra a ganância e os maus costumes dos colonos.

Assim, internando-se pelos sertões; aprenderam o idioma dos selvagens, estudaram-lhes os usos e os costumes e procuraram ganhar-lhes a amizade; fundaram colégios para o ensino das crianças e abrigo dos necessitados, colégios que deram origem a soberbas cidades de nossos dias; estabeleceram entre os indígenas os bons costumes e protegeram-nos dos maus tratos e da escravidão a que os submetiam os colonos gananciosos; tudo fizeram para chamar á civilização os primitivos habitantes de nossa terra. Muitos pagaram com a vida a sua extremosa dedicação.

Obrigados a prover por si mesmos a própria subsistência e a dos inúmeros infelizes confiados à sua proteção, muitas privações tiveram de sofrer os abnegados membros da *Companhia de Jesús*, para poderem cumprir o seu espinhoso dever. De um dêles — *Manuel de Paiva* — conta-se que sujeitou-se a ser vendido em leilão nas ruas da Bahia, para, com o produto da venda, socorrer às necessidades dos seus irmãos de ordem.

Eram a um tempo ministros de Deus, médicos, juizes, mestres, lavradores, músicos, cozinheiros, alfaiates, carpinteiros, barbeiros, pedreiros, tudo, em suma, o que de algum modo pudesse contribuir para o próprio bem estar e o dos míseros selvagens, numa terra virgem, onde sobravam riquezas e faltavam o braço e o engenho humanos.

Apesar de duramente perseguidos pelos colonos, nunca lhes negaram os jesuitas o valioso auxilio nas situações aflitivas, como se viu na *Confederação dos Tamôios*.

Sem os jesuitas, os portuguezes não teriam podido manter-se no território descoberto.

Anchieta e Nóbrega

Anchieta e *Nóbrega* são os grandes vultos da história da colonização do Brasil.

O padre *José de Anchieta*, natural de Tenerife, uma das ilhas Canárias, nasceu em 1534 e cursou a Universidade de Coimbra, revelando muito talento e grande aplicação aos estudos.

Tendo entrado para a Companhia de Jesús, em 1553 acompanhou Duarte da Costa ao Brasil, recebendo de Manuel da Nóbrega — seu superior — o encargo de fundar um colégio nos campos de Piratininga, o que fez em 25 de Janeiro de 1554.

O colégio, pessoalmente construido por êle e seus companheiros, recebeu o nome de *S. Paulo*, dando origem à opulenta cidade de nossos dias.

No primeiro assalto dos *tamôios* ao colégio, à sua coragem e à valentia de Tibiriçá e sua gente deveu-se a derrota dos assaltantes. Conhecido o plano diabólico da *Confederação dos Tamôios*, não recebeu conservar-se em poder dos selvagens até ser concluida a paz.

Em 1565 tomou parte ativa na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, reunindo fôrças e correndo em auxilio de Estácio de Sá.

Criou um colégio e a Misericórdia no Rio de Janeiro; e aqui, como no Espírito Santo, Bahia e outros lugares, dedicou-se Anchieta, sem desfalecimento, à causa da libertação dos selvagens, à catequese dos mesmos, ao ensino de crianças e adultos.

Falava o portuguez, o castelhano, o latim e a língua indígena, da qual compôs uma gramática e um dicionário. Juntamente com as primeiras letras ensinava também as artes úteis, dando a todos o maior exemplo de bondade, de abnegação e de amor ao trabalho.

É muito justamente considerado o *Apóstolo do Novo Mundo*. Exerceu o cargo de provincial da Companhia de Jesús no Brasil. Faleceu com 64 anos de idade, a 9 de Junho de 1597, em *Rerigtibá*, aldeia do Espírito Santo, de onde foi trasladado para a Bahia.

O padre *Manuel da Nóbrega*, natural de Portugal, veio para o Brasil com Tomé de Sousa, chefiando a primeira turma de jesuitas.

Prestou valiosos serviços como superior dos jesuitas no Brasil, tomando parte muito ativa em todo o trabalho de catequese e também no desenvolvimento da capitania de S. Vicente e da inteira colônia.

Sua vida esteve intimamente ligada à de Anchieta, no espinhoso dever que lhe fôra confiado, podendo-se dizer dêle o que se disse do *Apóstolo do Novo mundo*.

Faleceu com 58 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1570.

O povoamento do sertão

Havia mais de cem anos que o Brasil estava descoberto e dêle só se conhecia o litoral e pequena parte do interior da Bahia, de Alagoas, de Sergipe, de Pernambuco e de S. Vicente. O mais era completamente desconhecido aos portugueses.

Aparte algumas *entradas* organizadas pelos governadores, pelos capitães-mores e pelos colonos, para estabelecerem comunicações terrestres entre povoações próximas, para guerrearem e escravizarem os índios e para a descoberta de tesouros em lugares criados pela imaginação popular, nada mais foi feito em benefício do sertão.

O medo dos animais bravios que se escondiam pelas matas, o receio de um encontro com os espanhóis que entravam pelo rio Paraguai, retinham os colonos no litoral, onde a vida era mais fácil, apesar das lutas que precisavam sustentar contra a pirataria estrangeira.

De 1664 em diante, porém, expulsos os invasores estrangeiros de norte a sul do extenso litoral, entre os colonos nasceu um desejo ardente de explorar o interior, em busca de tesouros.

Para isso organizaram numerosas expedições, que levaram as suas conquistas até o rio da Prata, para além do rio Amazonas e até quase a cordilheira dos Andes, erguendo por tôda a parte colônias e povoações, algumas das quais são hoje cidades importantes e mesmo capitais de alguns Estados.

As expedições paulistas, que receberam o nome de *bandeiras*, deve-se a posse dos vastos territórios que formam os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, de todo o oeste de S. Paulo e de outros pontos do Brasil.

A descoberta de minas de ouro, de diamantes e de esmeraldas por algumas dessas expedições, muito concorreu para o rápido povoamento do sertão.

As entradas e as bandeiras

As entradas. — *As entradas* eram expedições organizadas para o combate aos selvagens e para a descoberta de pedras e metais preciosos. Algumas foram organizadas pelos governadores e capitães-mores e outras pelos colonos, cujo fim era reduzirem os selvagens à escravidão e empregá-los em suas lavouras.

A primeira *entrada* de que se tem notícia é a de *André Gonçalves* ou de *Gonçalo Coelho*, que em 1504 se internou pelos sertões de Cabo-Frio.

Seguem-se: a de *Martim Afonso de Sousa*, que em 1531 fez partir quatro homens da baía do Rio de Janeiro, os quais voltaram dois meses depois, tendo percorrido 115 léguas por montanhas e planícies; a de *Luís Morais Espina*, que partiu de Ilhéus e foi ao rio S. Francisco, escravizando numerosos índios: a de *Sebastião Tourinho*, que em 1572 explorou os sertões do rio Doce e do Jequitinhonha, conseguindo voltar com amostras de minerais e muitos escravos; a de *Antônio Dias Adôrno*, que em 1575 explorou Caravelas e Mucurí, voltando também com centenas de escravos e amostras de ouro; a de *Domingos Martins Cão*, que em 1598 partiu do Espírito Santo em busca de esmeraldas, seguida logo de outra às ordens de *Marcos de Azevedo*.

De Pernambuco, do Rio de Janeiro e de S. Paulo partiram também numerosas *entradas* pelo sertão, sendo que as *paulistas* excederam a tôdas as outras em quantidade, organização, arrôjo e vulto das conquistas realizadas.

As entradas paulistas receberam o nome particular de *bandeiras*, pelo uso que faziam dêstes símbolos, e eram *bandeirantes* os que nelas tomavam parte.

As bandeiras. — *As bandeiras*, que a princípio se destinavam à caça dos selvagens, eram grupos de aventureiros que partiam para o interior em busca de metais e de pedras preciosas.

Formavam-nas centenas de pessoas — homens, mulheres e crianças, bem armadas e providas de víveres e de animais, sob as ordens de um chefe valente e respeitado.

Partiam cheias de entusiasmo, seguindo o curso dos rios, guiadas pela bússola, pelas estrelas, pelas montanhas, vencendo mil perigos, sofrendo os horrores da fome, do frio e da sede, sem nunca desanimar.

Paravam muitas vezes para semear e colher, para fabricar canoas e objetos de uso doméstico, para reparar armas e explorar a região.

E, ao partir de novo, sempre para a frente, deixavam nos pontos de parada grupos de famílias, que deram origem a vilas e cidades muito importantes.

Os rios *Tieté*, *Paraíba* e *S. Francisco* foram os que mais valeram aos *bandeirantes*, nas suas conquistas do sertão.

Pelo *Tieté* e seus afluentes alcançaram os *bandeirantes paulistas* os territórios de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande

do Sul; pelo *Paraíba e seus afluentes* estabeleceram a ligação entre S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, até serem fundadas as povoações de Taubaté, Pindamonhangaba e outras; pelo *S. Francisco e seus afluentes* chegaram ao Piauí, Maranhão, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Goiás.

Das numerosas *bandeiras* partidas de S. Paulo, destacam-se as de: *Fernão Dias Pais Leme*, que em 1664 descobriu ricas minas de ouro, diamantes e esmeraldas em Sêrro Frio; *Manuel da Borba Gato*, que em 1680 se internou até o rio S. Francisco, explorou as minas de ouro que descobriu em Sabará, guardando delas o maior segredo, e permaneceu durante alguns anos entre os selvagens do rio Doce; *Bartolomeu Bueno da Silva* — o Anhanguera, que descobriu as minas de ouro de Sabará, em 1682, e fundou diversas povoações, hoje importantes cidades de Minas Gerais; *Antônio Rodrigues Arzão*, que em 1693 explorou o rio Doce e desceu até Vitória do Espírito Santo, para onde levou amostras de ouro; *Bartolomeu Bueno da Silva*, filho do Anhanguera, que em 1722 explorou o interior de Goiás; *Pascoal Moreira Cabral*, que fundou estabelecimentos de mineração em Mato Grosso; *Antônio Raposo*, *Afonso Sardinha*, *Bartolomeu Bueno de Siqueira*, *Antônio Pires de Campos* e muitos outros.

As minas. Guerra dos emboabas

A descoberta das ricas minas de ouro de *Sabará e Cataguás*, em Minas Gerais, atraíu para ali grande número de portugueses do reino e de outras capitanias, desejosos de fazerem fortuna.

Estes homens, porém, cheios de ambição, não se contentando com o que lhes davam os paulistas, procuravam tirar-lhes o que lhes havia custado uma longa vida de trabalhos e sacrifícios.

Nasceu dêste fato uma luta que recebeu o nome de *guerra dos emboabas*, palavra que significa *forasteiros* ou *pés calçados*, aplicada pelos paulistas aos portugueses, em sinal de desprezo.

Logo no primeiro encontro, os portugueses foram vencidos. Mais tarde, porém, em 1708, chefiados por Manuel Nunes Viana, atacaram os paulistas de surpresa, junto ao *rio das Mortes*, matando-os a quase todos.

Um brado de revolta partiu de todos os peitos, e os poucos paulistas que conseguiram chegar a S. Paulo, auxiliados por suas mães, espôsas, irmãs e pelo clero, organizaram poderosa expedição e avançaram para o *rio das Mortes*, contra o fortim comandado por Ambrósio Caldeira Brant.

Tomado êste, sitiaram a povoação e obrigaram os sitiados a aceitar combate, vencendo-os diversas vezes.

A guerra terminou em 1709, quando Antônio de Albuquerque, nomeado governador de S. Vicente, submeteu Nunes Viana à obediência e garantiu aos paulistas a posse de Minas Gerais e a exploração do que lhes pertencia.

Na *guerra dos emboabas* os paulistas tiveram como comandantes Amador Bueno da Veiga, Sebastião Pires de Aguiar e Luís Pedroso, que muito contribuíram para a derrota dos portugueses.

Sebastião de Aguiar, embora baiano e muito rico, fez questão de seguir para o campo da luta.

A administração da capitania

Tendo S. Paulo readquirido a categoria de *capitania* que lhe fôra tirada, em 1765 foi nomeado seu governador D. Luís Antônio de Sousa, conhecido por *morgado de Mateus*.

Neste govêrno, atendendo aos desejos do marquês de Pombal, ministro português, os paulistas conquistaram todo o oeste de S. Paulo e o Paraná, alcançando Santa Catarina.

Substituído o *morgado de Mateus* por Martim Lopes Lôbo de Saldanha, de 1775 até 1817 esteve a *capitania de S. Paulo* entregue a uma longa série de governadores, que se sucederam a pequenos intervalos, salientando-se alguns pela exata compreensão dos deveres do seu cargo, outros por inúmeros desmandos praticados.

Ruinosos aos interêsses da capitania foram os governos de Martim Lopes Lôbo de Saldanha (1775 — 1788) e Antônio José da França e Horta (1802-1811).

Homens perversos, gastaram o tempo em perseguições aos paulistas, tudo fazendo contra o desenvolvimento da lavoura e do comércio.

No govêrno de Lôbo de Saldanha os paulistas marcharam para o sul, contra os espanhóis que em 1776 haviam invadido o Rio Grande do Sul. Expulsos os invasores, voltaram a seus lares cobertos de glória, em 1780.

Fizeram administração proveitosa: Bernardo José de Lorena, D. Antônio Manuel de Melo, e D. Francisco de Assis Mascarenhas.

Bernardo de Lorena assumiu o poder em 1788; tratou dos limites de S. Paulo com Minas Gerais e com Buenos Aires; fez levantar a planta da capital, delineou-lhe as ruas, introduzindo-lhe alguns melhoramentos e dotou-a de uma ponte e de um chafariz.

D. Antônio de Melo, sucessor de Lorena, desenvolveu o comércio; franqueou a exportação de açúcar para a América; montou uma fábrica para o preparo de salitre; melhorou a estrada de Cubatão a Santos; abriu estradas

para as capitanias de Goiás e Mato Grosso, partindo de Piracicaba; fez funcionar a fábrica de ferro de Araçoiaba.

D. Francisco de Mascarenhas, que sucedeu a um triunvirato, estabeleceu núcleos coloniais em Jundiá, Campinas, Casa Branca e outros lugares; garantiu a liberdade dos selvagens; deu nova direção à fábrica de ferro de S. João do Ipanema, antiga Araçoiaba; organizou as heróicas legiões paulistas que foram combater Artigas em Montevidéu.

Houve, além destas, as administrações de Francisco da Cunha Menezes, do marquês de Alegrete e de um triunvirato, tôdas de pequena duração.

Em 1815, com a passagem do Brasil a reino unido ao de Portugal e Algarves, a capitania de S. Paulo foi elevada à categoria de província.

Amador Bueno da Ribeira

Tendo-se libertado do domínio da Espanha, sob o qual estiveram durante sessenta anos, em 1640 os portugueses aclamaram rei o duque de Bragança, que subiu ao trono com o título de D. João IV.

Chegando a notícia ao Brasil, irritaram-se os espanhóis que habitavam S. Vicente e planejaram fazer a independência da capitania, formando o reino de S. Paulo. Não por amor a S. Paulo e sim porque iam perder os empregos e as posições e a Espanha ficaria sem aquela admirável região, de fronteiras ainda desconhecidas.

Para conseguirem o seu intento, convenceram o povo de que S. Paulo tinha vida própria, podia governar-se por si e não devia voltar ao domínio português, já que o destino o arrancava do domínio da Espanha.

E tão bem estimularam a vaidade dos paulistas, que a 1 de Abril de 1641 grande massa popular correu à casa de Amador Bueno da Ribeira, aos gritos de "Viva Amador Bueno, nosso rei!"

O rico fidalgo paulistano, que a esperteza dos espanhóis apontara para o elevado pôsto, apareceu à multidão, sem nada compreender.

Os gritos se repetiram. E como indagasse da razão de tudo aquilo, uma comissão avançou, para explicar-lhe que o povo de S. Paulo era contrário à elevação do duque de Bragança a rei de Portugal e tinha resolvido fazer a sua independência e aclamá-lo, a êle Amador Bueno, rei de S. Paulo!

Amador Bueno estremeceu. Mas depois, com voz bem forte e muito firme, respondeu que não queria ser rei e proferiu um "Viva D. João IV, nosso soberano e senhor!"

A multidão, enraivecida, avança aos gritos de "Viva Amador Bueno, nosso rei!" e "Ou a coroa ou a morte!"

Ante a ameaça, Amador Bueno desembainha a espada e corre, seguido pela multidão, que investe a insultá-lo. Chega ao mosteiro de S. Bento, brada novamente "Viva D. João IV, nosso rei e senhor, por quem darei a vida!" e some-se pela porta, fechando-a por dentro.

Os monges do convento vão ter com os amotinados, convencendo-os do erro em que se achavam. E, exaltando a nobreza de sentimentos de Amador Bueno, afastam dos mesmos a animosidade contra o fidelíssimo súdito de D. João IV.

Amador Bueno, apesar de paulista, era filho do fidalgo espanhol D. Bartolomeu da Ribeira. Sua mãe era portuguesa, da nobre família Pires.

A côrte portuguesa no Rio de Janeiro

Em 1808, perseguido por Napoleão Bonaparte, imperador francês, o príncipe D. João foi obrigado a transferir-se para o Brasil, com toda a côrte, fidalgos e inúmeras pessoas que o quiseram acompanhar.

Chegando à Bahia, ali pouco se demorou e seguiu para o Rio de Janeiro, depois de haver declarado os portos do Brasil abertos ao comércio das nações estrangeiras (28 de Janeiro de 1808).

No Rio de Janeiro publicou um manifesto de guerra à França; fez invadir e tomar a Guiana francesa; organizou o Ministério; criou secretarias de Estado, Academias, a imprensa régia, a fábrica da pólvora, uma biblioteca, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil e muitas outras instituições indispensáveis ao bom andamento dos negócios públicos.

Tão grande foi então o desenvolvimento do Brasil, que a 16 de Dezembro de 1815 foi elevado à categoria de reino unido ao de Portugal e Algarves.

A morte de D.^a Maria I, em 1816, elevou seu filho D. João ao trono, com o título de D. João VI.

Achava-se D. João VI no govêrno do Brasil, quando se deu a posse do novo governador de S. Paulo, João Carlos de Oienhausen, em Abril de 1817.

Em Agosto de 1820 rebentou uma grande revolução em Portugal, já livre das forças de Napoleão, para obrigar D. João VI a regressar ao reino. Não se conformavam os portugueses com a elevação da antiga colônia a reino e como residência da côrte e não viam com bons olhos os portos do Brasil abertos ao comércio estrangeiro, com prejuizo do seu.

Tudo isso, entretanto, era visto com simpatia pelos brasileiros, reacendendo a velha inimizade existente entre estes e os portugueses, principalmente no Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia.

Estes fatos aborreceram a D. João VI, que tomou a resolução de regressar a Portugal e mandou proceder às eleições às côrtes portuguesas.

No Rio de Janeiro, devido à intervenção do príncipe D. Pedro, as fórmulas constitucionais foram proclamadas no dia 26 de Fevereiro.

Os eleitores do Rio de Janeiro, porém, exigiram a adoção da Constituição espanhola, no que não foram atendidos. D. João VI preferiu retirar-se do Brasil, o que fez em 26 de Abril de 1821, deixando no governo seu filho D. Pedro, na qualidade de regente.

José Bonifácio de Andrada e Silva, que de S. Paulo acompanhava o movimento constitucionalista do Rio de Janeiro, desejoso de ver as responsabilidades do governo de sua terra repartidas por diversas pessoas, ao invés de estarem entregues às mãos de um só indivíduo, combinou com alguns amigos o plano de uma nova organização governamental, e a 23 de Junho de 1821 o povo e a tropa aclamavam um governo provisório, composto de 5 membros e 8 vogais.

Dêle fizeram parte *Oienháusen*, na qualidade de presidente; *José Bonifácio* como vice-presidente, e seu irmão, o coronel *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*, como secretário do Interior e da Fazenda.

Isto desagradou ao coronel Francisco Inácio, inimigo gratuito dos irmãos Andrada, que combinou com o juiz Costa Carvalho e *Oienháusen* uma oportunidade para destruírem o governo.

Enquanto isto se passava em S. Paulo, a côrte portuguesa procurava reduzir o Brasil à antiga situação de colônia, acabando por exigir a volta de D. Pedro a Portugal.

Numerosas representações foram dirigidas ao príncipe, pedindo-lhe que ficasse no Brasil, sobressaindo a de S. Paulo, com mais de oito mil assinaturas, entregue pessoalmente por *José Bonifácio*.

Respondendo ao pedido, D. Pedro mandou *José Clemente Pereira* ler ao povo uma mensagem, em que dizia: "*Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico*".

Esta resolução foi mal recebida pelas tropas portuguesas, que ocuparam o môro do Castelo, fortificando-se. S. Paulo mandou logo para ali mais de mil homens, às ordens do coronel Lázaro José Gonçalves, que obrigaram as tropas revoltosas a embarcar para Portugal.

Batidas as forças portuguesas, D. Pedro demitiu o antigo Ministério e nomeou *José Bonifácio* ministro dos Negócios do Reino e do Extranjeiro, encarregando-o de preencher as outras pastas.

A ausência de *José Bonifácio* foi aproveitada por Francisco Inácio, *Oienháusen* e Costa Carvalho, que prepararam um levante popular para o dia 23 de Maio de 1822.

Conhecedor de tal plano, o Ministério demitiu *Oienháusen* do governo, intimou-o a recolher-se à côrte com Costa Carvalho e passou a chefia do governo ao coronel Andrada.

Foi o bastante para explodir o movimento, exatamente no dia 23 de Maio. O povo reuniu-se na praça de S. Gonçalo e por intermédio da Câmara exigiu a demissão do coronel Andrada, o que êle fez com altivez e desprêso.

Para completar a perseguição, o brioso oficial precisou retirar-se da província a 29 de Maio, por ordem do governo provisório.

Ciente do ocorrido, D. Pedro entregou o ministério da Fazenda ao coronel Andrada, chamou *Oienháusen* ao Rio de Janeiro e extinguiu o governo provisório, substituindo-o por um outro de três membros, que a 19 de Julho um novo levante popular tentou igualmente destruir.

O grito do Ipiranga

As informações oficiais sôbre os acontecimentos de Julho na capital paulista, fornecidas pelo marechal Arouche ao governo central, e as contradições existentes entre os documentos oficiais e os de caráter particular quanto à ordem e aos negócios públicos, decidiram o príncipe a partir para S. Paulo, em busca da verdade.

Havia, além disso, necessidade de congregar todos os brasileiros para a independência, conforme êle fizera sentir em manifesto de 1 de Agosto de 1822, visto Portugal ameaçar expedir tropas contra o Brasil.

Uma sua visita a Minas, para idêntico fim, contribuiu para apaziguar as correntes políticas, e o mesmo esperava poder realizar em S. Paulo.

Partiu, pois, D. Pedro para aqui, com grande comitiva, e a 24 de Agosto chegou à povoação da Penha de França, de onde ordenou a retirada imediata dos promotores dos levantes de 23 de Maio e 19 de Julho e dissolveu o governo provisório.

No dia seguinte entrou solenemente na cidade, sendo festivamente recebido pelo povo.

Serenados os ânimos e tomadas algumas medidas de ordem administrativa, dirigiu-se D. Pedro a Santos, para examinar as fortificações.

De volta para S. Paulo, no dia 7 de Setembro de 1822 achava-se o príncipe nas margens do Ipiranga, a pequena distância da capital, quando foi alcançado por um correio, que lhe apresentou os últimos decretos chegados de Lisboa e cartas de *José Bonifácio* e da princesa D.^a Leopoldina, sua espôsa.

O príncipe leu e releu tôda a correspondência. E, tendo conhecimento que o governo português declarava nulos todos os seus atos, pronunciou algumas palavras e bradou:

— *Independência ou morte!*

A comitiva respondeu-lhe com entusiasmo e partiram todos para o Rio de Janeiro, onde chegaram a 15 de Setembro.

No governo de S. Paulo, por determinação do príncipe, ficou o mesmo governo por êle dissolvido a 24 de Agosto.

A província de S. Paulo

Proclamada a independência, voltou D. Pedro ao Rio de Janeiro, onde, a 12 de Outubro de 1822, foi aclamado *imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil*.

Passou então a *província de S. Paulo* a ser administrada por um governo provisório nomeado pelos eleitores da paróquia, o qual tomou posse em 9 de Janeiro de 1823.

A 17 de Março dêsse mesmo ano a cidade de S. Paulo recebeu o título de *Imperial* e a comarca de Itú o de *Fidelíssima*.

A 1 de Abril de 1824 foi empossado o primeiro presidente da província, *Lucas Antônio Monteiro de Barros* — visconde de Congonhas.

A 7 do mesmo mês e ano foi jurada em S. Paulo a Constituição do Império e promulgada a 25 de Março.

O progresso da *província de S. Paulo* data da inauguração do hospital de caridade pública, em 2 de Julho de 1825, graças aos esforços de Monteiro de Barros.

O primeiro periódico impresso em S. Paulo — o *Farol Paulistano* — apareceu a 7 de Fevereiro de 1827, tendo como redatores José da Costa Carvalho e Antônio Mariano de Azevedo Marques. Em Fevereiro dêsse mesmo ano foi inaugurada a estrada de Santos a Cubatão e a 11 de Agosto foi fundada a Faculdade de Direito de S. Paulo, devido aos esforços de José Feliciano Fernandes Pinheiro. Inaugurou-a, a 1 de Março de 1828, o lente Dr. José Maria de Avelar Brotero.

A regência

A maneira ditatorial por que D. Pedro I procurava governar o país tornou o seu reinado muito agitado e de pequena duração.

Apesar, porém, da forte oposição que lhe faziam e das lutas que teve de sustentar contra as forças portuguesas, contra a *Banda Oriental*, contra os inimigos de regime monárquico em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, conseguiu o imperador reunir as Câmaras criadas pela Constituição; regularizar as relações comerciais do Brasil com as outras nações; cuidar da instrução primária; criar as Faculdades de Direito de S. Paulo e Olinda, a 11 de Agosto de 1827.

Afinal, cansado de tantas lutas e notando que o povo já lhe começava a ser hostil, resolveu abdicar na pessoa de seu filho D. Pedro de Alcântara, que apenas contava cinco anos de idade.

E assim fez a 7 de Abril de 1831, depois de demitir o Ministério que era causa da indignação popular e de nomear José Bonifácio de Andrada e Silva tutor dos filhos que deixava no Brasil.

Após a partida de D. Pedro para a Europa a 13 de Abril de 1831, o Senado e a Câmara, reunidos, elegeram uma regência interina para governar o país, composta do marquês de Caravelas, do brigadeiro Lima e Silva e do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Esta regência foi logo depois substituída por outra definitiva, da qual participaram Lima e Silva, Costa Carvalho e João Bráulio Moniz, tendo como ministro da Justiça o padre *Diogo Antônio Feijó*.

Durante estas regências rebentaram desordens em quase todo o país e uma revolta militar no Rio de Janeiro, que Feijó conseguiu sufocar.

Notou-se então que, para dominar a anarquia que se implantara no país, o governo devia estar nas mãos de um homem enérgico, de um espírito superior.

Procedidas as eleições em todo o Império, êsse homem foi encontrado na pessoa de *Feijó*.

A 7 de Abril de 1835 Feijó assumiu a regência, conseguindo pacificar o Pará. Não lhe foi possível fazer o mesmo com o Rio Grande do Sul, onde havia rebentado a *guerra dos farrapos*, nem chamar ao bom caminho os partidos políticos, que lutavam pela posse do poder.

Muito pelo contrário, os deputados adversários moveram-lhe na Câmara tremenda guerra, chegando a negar-lhe todos os meios de ação.

Desgostoso com o que lhe acontecia, não quis o grande patriota tomar medidas violentas, e renunciou, sendo substituído por Pedro de Araújo Lima.

Este também nada pôde fazer.

As regências terminaram com a declaração da maioria de D. Pedro II, que a 23 de Julho de 1840 prestou juramento e entrou no exercício do seu longo e glorioso reinado.

Diogo Antônio Feijó

O padre *Diogo Antônio Feijó* nasceu em S. Paulo, no ano de 1784, e aqui fez seus estudos.

Ordenou-se em 1809, dedicando-se ao magistério. Foi professor de latim e filosofia em Campinas, Itú e outras cidades, revelando sempre muito saber e grande proficiência.

Deputado às cortes de Lisboa, defendeu sempre os interesses do Brasil, pronunciando discursos admiráveis.

Em S. Paulo, na qualidade de representante da Câmara Municipal de Itú, deu parecer contrário à Constituição mandada elaborar por D. Pedro I.

Como ministro da Justiça da regência permanente e na qualidade de regente do Império, revelou-se um grande administrador e homem de energia invulgar.

Ao rebentar a revolução de 1842, do partido liberal contra o poder que dissolveu a Câmara dos Deputados, colocou-se à testa do movimento.

Abafada a revolução, Feijó foi exilado para o Espírito Santo, onde permaneceu mais de seis meses.

Faleceu em S. Paulo, a 10 de Novembro de 1843, sendo sepultado na Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

Revolução em S. Paulo

O primeiro ato do imperador D. Pedro II, ao entrar no exercício das funções que lhe eram dadas pela Constituição, foi o de chamar para o Ministério a Antônio Carlos e Martim Francisco, irmãos de José Bonifácio, bem como a alguns outros chefes que tomaram parte na declaração da sua maioria.

Constituído o Ministério, concedeu-se logo anistia ampla aos crimes políticos praticados durante o período da menoridade, afim de ser conseguida a pacificação da família brasileira.

A queda desse Ministério produziu a volta do *partido conservador* ao poder, a 23 de Março de 1841, o qual, no propósito de dar mais força ao princípio da autoridade, restabeleceu o *Conselho de Estado* e promulgou o *Código do processo*, apesar da violenta campanha de oposição que lhe moveram os liberais na tribuna e na imprensa.

Desapontados com a derrota sofrida, os liberais de S. Paulo recorreram à revolução, que rebentou em *Sorocaba* a 17 de Maio de 1842, alastrando-se por toda a província, chefiada por Feijó, Rafael Tobias de Aguiar, irmãos Andrada e outros.

Não tardou que Minas lhes seguisse o exemplo e a 10 de Junho a revolução explodia em *Barbacena* e se propagava intensamente pela província.

Tomando enérgicas medidas contra os rebeldes, o governo mandou-lhes ao encontro Luís Alves de Lima e Silva — *barão de Caxias*, que venceu os paulistas em *Venda-Grande*, perto de Campinas, e os mineiros em *Santa Luzia*.

Feijó e outros chefes foram presos e deportados. Rafael Tobias, abandonado por quase todos os companheiros na hora do perigo, fugiu para o Rio Grande do Sul, de onde regressou em 1844, depois de anistiados todos os que tomaram parte no movimento.

O duque de Caxias

Luís Alves de Lima e Silva — *duque de Caxias*, nasceu no Rio de Janeiro, a 25 de Agosto de 1803. Coursou com grande brilho a Academia Militar e galgou todos os postos da escala militar, de alferes a marechal, por atos de bravura contra os nossos inimigos estrangeiros, pelo desassombro e lealdade com que se houve nas lutas internas, sobrepondo o seu dever de soldado às conveniências dos partidos que infelicitavam a nação.

Foi pacificador, político e soldado.

Como *pacificador* acabou com a anarquia reinante no país, restabelecendo a paz e a ordem nas províncias de Pernambuco, Bahia, Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul, S. Paulo e Minas Gerais, ao ser declarada a maioria de D. Pedro II.

Como *político* revelou qualidades invulgares de compreensão e habilidade e de administrador experimentado. Foi deputado, senador, governador da província do Rio Grande do Norte, duas vezes governador da província do Rio Grande do Sul e três vezes ministro da Guerra.

Neste cargo introduziu profundas modificações na organização do Exército, algumas das quais vigoram ainda.

Como *soldado*, no comando-chefe das forças aliadas (*Uruguai, Argentina e Brasil*) apressou a terminação da guerra do *Paraguai*, reanimando seus comandados e fazendo-os levar de vencida o inimigo em *Estabelecimento, Avaí, Lomas Valentinas, Itororó e Chaco*.

Ocupada *Assunção*, Caxias retirou-se enfermo para o Rio de Janeiro, sendo recebido com grandes manifestações.

A 23 de Maio de 1870 foi elevado à categoria de *duque de Caxias*, em virtude dos relevantes serviços prestados durante a campanha contra o Paraguai.

O Exército Nacional escolheu-o para *patrono*.

Faleceu em 1880.

A abolição da escravidão

Tendo o governo português proibido a escravidão dos selvagens, os colonos, que precisavam de braços para a lavoura, passaram a comprar negros africanos, que a crueldade dos seus reis negociava como se fossem irracionais ou objetos de uso.

Tão grande se tornou este comércio e tão avultado o número destes infelizes em nossa pátria, que em 1850 *Euzébio de Queiroz* proibiu a entrada de novos escravos.

Os maus tratos sofridos pelos pobres negros foram pouco a pouco movimentando as pessoas de coração generoso contra os fazendeiros, até livrarem o Brasil da escravidão.

O primeiro golpe contra a deshumana instituição foi desferido pelo ilustre brasileiro José Maria da Silva Paranhos — *visconde do Rio Branco*, com a lei do *Ventre livre*, de 28 de Setembro de 1870, declarando livres, dali por diante, todos os filhos de mulher escrava. Seguiu-se a *lei Saraiva*, de 28 de Setembro de 1885, que deu liberdade aos escravos *sexagenários*; e finalmente a *lei Áurea*, de 13 de Maio de 1888, assinada pela princesa D.^a Isabel, declarando livres todos os escravos do Brasil.

Muitos foram os brasileiros ilustres que, na imprensa e na tribuna, trabalharam pela liberdade dos negros, destacando-se Luís Gama, João Cordeiro, Antônio Bento, João de Clap, José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, José Bonifácio, Joaquim Serra, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco.

Em S. Paulo a propaganda abolicionista foi iniciada por Luís Gama e valentemente concluída por Antônio Bento.

Luís Gama

Luís Gonzaga da Gama, filho de Luisa Maeu, africana livre da costa da Mina, e de um rico fidalgo baiano cujo nome conservou sempre em segredo, nasceu na Bahia, em São Salvador, a 21 de Junho de 1830.

Seu pai adorava-o; mas, tendo perdido todos os haveres em jogos e divertimentos, vendeu-o como seu escravo, a bordo de um navio que ia partir para o Rio de Janeiro.

Luís Gama tinha então 10 anos de idade.

No Rio de Janeiro foi, como muitos outros, para a casa de um negociante português, chamado Vieira, sendo carinhosamente tratado por todas as pessoas da família.

Em 1840 foi vendido ao alferes Antônio P. Cardoso, em um lote de mais de cem escravos, e transportado para Santos, afim de ser exposto à venda com seus companheiros.

De Santos a Campinas, cujo trajeto foi feito a pé, vendeu o alferes o lote todo, menos Luís e um outro escravo de nome José, engeitados como refugio, por serem *bahianos*.

Voltou Luís Gama para a casa de Cardoso, em S. Paulo, onde aprendeu a servir de copeiro, a lavar, a engomar, a costurar e o ofício de sapateiro.

Em 1847 Cardoso recebeu em casa, como hóspede a Antônio Rodrigues de Araujo, que viera estudar humanidades. Forte amizade nasceu entre este e Luís, da qual resultou aprender o escravo a ler, escrever e contar.

Senhor destas três coisas e de provas incontestáveis de sua liberdade, em 1848 Gama fugiu da casa do alferes, que o estimava, iniciando uma nova vida de lutas e de sacrifícios.

Dedicou-se ao estudo de Direito; e, embora não fosse formado, os seus conhecimentos de jurisprudência, a firmeza com que arrazoava e a facilidade com que destruía os argumentos, faziam-no um advogado temido e respeitado pelos seus contendores.

Orador fluente e escritor muito apreciado, pronunciou magníficos discursos e colaborou, em prosa e verso, em diversos órgãos da nossa imprensa.

Entre os seus melhores amigos, que eram tôdas as pessoas de maior destaque da província, contavam-se Francisco Glicério, José Bonifácio — o *môço*, e Antônio Bento.

Consagrando-se fervorosamente à liberdade dos escravos, tudo quanto produziu a sua banca de advogado foi gasto por Luís Gama em defesa dos infelizes.

Não teve a ventura de alcançar o dia da redenção do cativo, pois faleceu em S. Paulo, a 25 de Agosto de 1882.

Antônio Bento

Antônio Bento de Sousa e Castro, filho legítimo de Bento Joaquim de Sousa e Castro e D.^a Henriqueta Viana de Sousa e Castro, nasceu em S. Paulo, a 17 de Fevereiro de 1843.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela nossa Faculdade de Direito, em 1868.

Foi promotor público em Botucatu e Limeira e Juiz de Paz em Atibaia, onde promoveu a libertação de escravos africanos importados depois da lei de 1831, sendo responsabilizado.

Em 1877 transferiu-se para S. Paulo, filiando-se ao partido emancipador fundado por Luís Gama.

Por morte deste chefe, jurou sobre seu túmulo continuar a obra por elle iniciada e cumpriu o juramento, com o auxílio de Macedo, Pimentel, Arcanjo Dias Batista, Antônio Prado, Hipólito da Silva, cônego Guimarães Barroso, Carlos Garcia, Bueno de Andrada, Moniz de Sousa, Santos Garraão, o preto Quintino da Lacerda e muitos outros.

Convencido de que com discursos e palavras impressas todo o seu trabalho redundaria em pura perda de tempo, organizou com os companheiros uma associação secreta, para agir por atos e não por palavras.

Esta associação conseguiu que a policia se recusasse a continuar na caça aos escravos fugidos das fazendas; desorganizou o serviço da lavoura, aconselhando a revolta e fuga em massa dos escravos; deu esconderijo a muitos infelizes que a foram procurar.

Foi o que obrigou o governo a cuidar sèriamente do problema da es-
cravatura e dar-lhe o golpe de 13 de Maio de 1888.

Feita a *abolição*, Antonio Bento retirou-se à vida privada, falecendo
em S. Paulo, alguns anos depois.

Proclamação da República

A República, proclamada a 15 de Novembro de 1889, teve em S. Paulo
muitos dos seus maiores propagandistas.

Conhecido no Brasil o *manifesto do Clube Republicano* do Rio de Ja-
neiro, publicado no jornal *A República* a 3 de Dezembro de 1870, de diver-
sas províncias partiram adesões àquêl club, porém com maior entusias-
mo de S. Paulo e Minas Gerais, onde se fundaram agremiações e jornais
para a propaganda republicana.

Para desenvolver proveitosamente a propaganda, a 17 de Janeiro de
1872 o Dr. Américo Brasiliense de Almeida Melo reuniu em sua casa, entre
outros, os republicanos Campos Sales, Quirino dos Santos, Jorge de Miran-
da, Bernardino de Campos, Luís Gamã e Américo de Campos, com os quais
combinou a organização de um grande partido.

Dos esforços dêstes elementos nasceu a reunião de representantes de
diversos municípios em Itú, a 18 de Abril de 1873, conhecida pelo nome de
Convenção de Itú, na qual foram tomadas várias deliberações, inclusive a
de uma assembléia de representantes de tôdas as localidades, que se reali-
zou na capital, a 1 de Julho do mesmo ano, com o nome de *Congresso Re-
publicano*.

Fundados o *Partido Republicano Paulista* e o jornal *A Província de S.
Paulo*, entraram os propagandistas em ação, avolumando consideravelmen-
te a onda republicana que produziu a quêda da monarquia.

Neste trabalho de arregimentação de fôrças e de propaganda, muito
deve a República ao vibrante jornalista Francisco Rangel Pestana e a
Américo Brasiliense, Francisco Glicério, José Tibiriçá Piratininga, Pru-
dente de Moraes, Campos Sales, Quirino dos Santos, Bernardino de Cam-
pos, Jorge de Miranda, Cerqueira Cesar, Cesário Mota, Martinho Prado,
Alfredo Elis, Moniz de Sousa, Américo de Campos, Júlio Mesquita e Vito-
rino Carmilo.

Prudente de Moraes

O Dr. Prudente José de Moraes Barros, filho legítimo de José Marcelli-
no de Barros e D.^a Catarina de Morias, nasceu em Itú, a 4 de Outubro de
1841.

Formado em Direito pela nossa Academia em 1863, abraçou a causa
republicana, tornando-se um dos chefes de maior evidência do Partido
Republicano Paulista.

Foi deputado provincial, governador de S. Paulo e senador federal,
lugares em que prestou assinalados serviços ao seu Estado e ao país.

Em sua curta administração no Estado de S. Paulo reorganizou o
Serviço de Obras Públicas; desenvolveu o Corpo de Bombeiros; auto-
rizou a entrada no Estado de 60 mil emigrantes; contratou o serviço de
cultura e vacina animal; criou distritos policiais; procedeu ao alistamento
eleitoral; cuidou da instrução pública primária e fez construir o edifício
da Escola Normal da *praça da República*; mandou elaborar o projeto
de Constituição do Estado de S. Paulo.

Eleito presidente da República em período bastante delicado, assumiu
o governo a 15 de Novembro de 1894.

Espírito moderado porém enérgico, pôs fim à luta federativa do Rio
Grande do Sul; restabeleceu as relações diplomáticas com Portugal, inter-
rompidas pelo marechal Floriano; conseguiu que os ingleses desocupassem
a ilha da Trindade da qual se haviam apoderado indevidamente; submeteu
a arbitramento a questão de limites com a Guiana francesa, que se havia
apoderado do território do Amapá, hoje parte integrante do nosso país;
tomou posse do território das Missões, cobiçado pela república Argentina.

O seu governo foi atormentado pela *revolta de Canudos*, na Bahia,
onde os jagunços chefiados por Antônio Conselheiro punham em sobres-
salto a população. Esta luta terminou com o extermínio dos jagunços e
arrazamento do arraial por eles fundado.

A 5 de Novembro de 1897 seus inimigos políticos procuraram eliminá-
lo, servindo-se do anspeçada Marcelino Bispo de Melo. Este conseguiu
acercar-se do presidente; e, quando ia descarregar o golpe, o marechal
Machado Betencourt acudiu em defesa do chefe da Nação, morrendo em
seu lugar.

Terminado o seu período governamental a 15 de Novembro de 1898, o
povo fez-lhe entusiástica manifestação, pela maneira honesta, criteriosa
e útil por que administrou o país.

O Dr. Prudente de Moraes faleceu em Piracicaba, a 3 de Dezembro de
1902.

Campos Sales

O Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, filho legítimo de Francisco
de Paula Sales e D.^a Ana Cândida Ferraz Sales, nasceu em Campinas, a 13
de Fevereiro de 1841, diplomando-se em Direito pela Faculdade de S. Paulo.

Foi, como Prudente de Moraes, deputado provincial, e, proclamada a
República, ministro da Justiça do governo provisório.

Ardoroso republicano e um dos grandes chefes do Partido Republicano Paulista, salientou-se sempre pela inteireza de caráter, pelo saber e pelo imenso amor que devotava à sua terra, à qual procurou servir e engrandecer por todos os meios ao seu alcance.

Sucedeu ao Dr. Prudente de Moraes na presidência da República, prolongando-se o seu governo de 15 de Novembro de 1898 a 15 de Novembro de 1902.

Ao Dr. Campos Sales coube a difícil tarefa de restabelecer as finanças e os créditos brasileiros, profundamente abalados desde o governo do marechal Floriano, o que conseguiu não sem prejuízo da própria popularidade.

Para satisfazer aos nossos compromissos no estrangeiro, criou Campos Sales o *sêlo de consumo* e fez retirar da circulação grande parte do papel moeda, afim de valorizar o *mil réis*.

O descontentamento pelo *sêlo* foi geral; pelo que, terminado o seu governo, foi vítima de tremenda váia do povo do Rio de Janeiro, ao retirar-se do Palácio.

Para fugir às manifestações de desgosto, embarcou para a Europa.

Durante a sua ausência foram aparecendo os benefícios da sua modelar administração e o povo foi compreendendo a injustiça que lhe fizera. De modo que, ao regressar à pátria, o grande estadista recebeu a recompensa merecida: foi coberto de flores e carregado em triunfo pelo mesmo povo que tanto o maltratou.

Coube ao governo de Campos Sales incorporar o *Amapá* ao território nacional e tomar conhecimento do levante brasileiro no território do *Acre*, contra o domínio da Bolívia.

Faleceu em Santos, a 28 de Junho de 1913, sendo seu corpo transportado para S. Paulo e dado à sepultura.

Rodrigues Alves

O Dr. *Francisco de Paula Rodrigues Alves*, filho legítimo de Domingos Rodrigues Alves e D.^a Isabel Perpétua de Marins Alves, nasceu em Guaratinguetá, a 7 de Julho de 1848, formando-se na Faculdade de Direito de S. Paulo.

Foi advogado, jornalista e magistrado, deputado provincial e geral e presidente da província de S. Paulo, na monarquia.

Proclamada a República, foi deputado à Constituinte, ministro e senador, governador de S. Paulo e presidente da Nação de 15 de Novembro de 1902 a 15 de Novembro de 1906.

Das duas vezes que dirigiu os destinos de S. Paulo, êste ficou a dever-lhe serviços inestimáveis em todos os ramos da administração.

Foi um digno continuador da obra de Campos Sales. Seu governo tornou-se notável pelo trabalho de saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro, confiado ao saber e competência dos Drs. Pereira Passos e Osvaldo Cruz; pela solução pacífica de conflitos que o Brasil vinha sustentando desde o império com a Bolívia, Equador e Holanda, casos todos entregues à ação esclarecida, enérgica e decisiva do Dr. José Maria da Silva Paranhos Filho — *barão do Rio Branco*; pelo elevado prestígio que o Brasil adquiriu na política continental; pela incorporação do território do *Acre* ao Brasil; pela lei que tornou a vacina obrigatória; pelo desenvolvimento dado às vias de comunicação; pelo levante dos alunos da Escola Militar, prontamente sufocado; pela reunião do *Congresso Pan-Americano* no Rio de Janeiro, em Julho de 1906, afim de serem discutidas questões de interesse de todas as nações do continente.

Novamente eleito para o quadriênio 1918-1922, embarcou o Dr. Rodrigues Alves para o Rio de Janeiro, não chegando a tomar posse do cargo, pois faleceu a 16 de Janeiro de 1919.

Seu corpo foi conduzido para Guaratinguetá e ali dado à sepultura.

Bernardino de Campos

O Dr. *Bernardino de Campos*, filho legítimo do Dr. Bernardino de Campos e D.^a Felisbina Gonçalves de Campos, nasceu em Pouso-Alegre (*Minas Gerais*), a 6 de Setembro de 1841.

Estudou em S. Paulo e aqui bacharelou-se em Direito, no ano de 1863.

Advogou em Campinas e em Amparo, permanecendo nesta última localidade vinte e três anos.

Em 1888 foi deputado provincial pelo Partido Republicano Paulista e em 1889 exerceu o cargo de Chefe de Polícia de S. Paulo, no governo do Dr. Prudente de Moraes.

Casado com senhora paulista e definitivamente enraigado ao nosso solo, a S. Paulo deu o melhor da sua energia e do seu saber.

Eleito deputado à Assembléa Constituinte da República, foi logo elevado a presidente da Câmara dos Deputados, de onde veio para a presidência do Estado de S. Paulo, a 23 de Agosto de 1892.

A sua passagem pelo governo do Estado ficou assinalada por inúmeros serviços; criou escolas primárias, dotando-as do material indispensável ao seu funcionamento; organizou o Conselho Superior do Ensino; nomeou inspetores escolares; criou a Escola Politécnica e a Biblioteca pública; defendeu heróicamente a autonomia de S. Paulo, ameaçada por forças revoltosas vindas do sul do país.

Foi seu dedicado auxiliar em todo êste trabalho o Dr. Cesário Mota Júnior que, na qualidade de Secretário do Interior, elevou a instrução pública de S. Paulo a um nível jamais atingido em parte alguma do Brasil.

O Dr. Bernardino de Campos faleceu em S. Paulo, a 18 de Janeiro de 1915.

A prosperidade atual do Estado de S. Paulo

S. Paulo, que em sua origem foi a capitania de S. Vicente, a mais antiga do Brasil, chegou, com as *bandeiras*, a estender-se para o norte até o Maranhão e para o oeste até aos limites com as colônias espanholas.

Dêsse enorme território foram se desprendendo pouco a pouco Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ficando reduzido à superfície de 247.239 quilômetros quadrados que hoje apresenta, mas transformado em uma verdadeira nação dentro de outra nação.

Primeiro núcleo da civilização brasileira, a sua colonização e o trabalho agrícola foram melhor orientados e melhor realizados do que em outros lugares, razão por que em S. Paulo e Santos se condensou a população e com ela o grosso da escravidão africana, o gado, muitos animais domésticos europeus e a cana de açúcar.

E, com êstes elementos, pouco a pouco S. Paulo foi se desenvolvendo, até alcançar o elevado grau de prosperidade em que se encontra.

Nada o detém, nesta vertiginosa carreira, não havendo Estado no Brasil que possa igualá-lo em qualquer ramo da atividade humana.

De há muito que é a maior fonte de renda federal, entrando com mais de 75 % da renda bruta da União, isto é, mais do que todos os outros Estados reunidos.

O seu comércio, tanto interno como externo, é igual e mesmo superior ao de muitas das principais nações do mundo. Na sua vultosa exportação, que atinge a muitos milhões de Cruzeiros, ocupa lugar de destaque o café, fornecido ao mundo inteiro, vindo a seguir o algodão, o açúcar, os cereais, o fumo, as frutas, as carnes frigorificadas e numerosos artefatos das suas variadas indústrias.

O total de cafeeiros existentes no Estado, de acôrdo com o recenseamento de 20 de Setembro de 1934, era então de 1.479.100.724, com uma produção de 80.635.879 arrobas.

Numerosos bancos, casas de crédito e a Bôlsa de mercadorias facilitam as operações comerciais, em tôdas as suas modalidades.

As indústrias manufatureiras, em seus variadíssimos produtos, dos mais grosseiros aos mais finos, nada ficam a dever aos seus similares estrangeiros.

A fabricação de tecidos em geral, de calçados, de chapéus, de especialidades farmacêuticas, de papel, de louças e vidros, de ferragens, de móveis, de artefatos de couros, de pentes, de escôvas, de cervejas e licores, de conservas, de doces e biscoitos, além de inúmeros outros artigos para o consumo interno e externo, alcança centenas de milhões de Cruzeiros.

Existem no Estado para mais de 20 mil fábricas, com um total aproximado de 350 mil operários.

A agricultura, praticada por processos e métodos modernos, apresenta um desenvolvimento assombroso.

Cultiva-se em larga escala o café, o algodão, o fumo, a cana de açúcar, cereais e frutas, e cria-se gado em grande quantidade, abelhas e bicho da sêda.

A instrução popular — primária, secundária, profissional e superior — é ministrada por milhares de escolas primárias, ginásios, colégios, cursos profissionais e comerciais, escolas normais, institutos, academias, faculdades e Universidade de S. Paulo, mantidos pelo Govêrno e por particulares.

É a mais aperfeiçoada e desenvolvida do Brasil.

Possui o Estado 269 municípios, cujas cidades, tôdas importantes, são iluminadas a luz elétrica. Muitas são servidas de água encanada e boa rede de esgotos.

Êstes municípios são ligados entre si e com a capital por extensa rede de estradas de ferro e de rodagem, por diversas linhas de navegação aérea e por linhas telegráficas e telefônicas, com e sem fios.

A população total do Estado é de 7.500.000 habitantes.

O seu pôrto principal — Santos — fica a 79 quilômetros da capital, à qual se liga pela estrada de ferro Santos-Jundiaí e Sorocabana, e por excelente estrada de rodagem. É por onde o Estado faz todo o seu comércio de importação e exportação.

A cidade de Santos, muito comercial, apresenta ótimo desenvolvimento.

S. Paulo, capital do Estado, com 1.600.000 habitantes, é o maior centro industrial da América latina.

“Com seus numerosos arranhacêus, com seus parques, jardins, monumentos e viadutos e seus mais de 140 mil edifícios, a cidade de S. Paulo representa, impressionantemente, um potencial de energia e de civilização que nenhuma outra cidade da América latina, depois do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, exprime com esta poderosa eloquência”.

Dentre os seus edificios notáveis, monumentos e estátuas destacam-se: o Museu do Ipiranga, o palácio da Justiça, o palácio dos Campos Elíseos, a Catedral, a Faculdade de Medicina; o monumento da Independência, os monumentos a Bilac, à fundação de S. Paulo, a Carlos Gomes, a Luís Pereira Barreto, ao Dr. Ramos de Azevedo; as estátuas de Feijó, Alfredo Maia, Rui Barbosa, Caetano de Campos, João Mendes, e outras.

São curiosidades históricas: *as ruínas do Convento*, em Itanhaem, e a *igreja de S. Miguel* — próximo à Penha, na Capital.

INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA

PROGRAMA OFICIAL: 1) — Palestra com os alunos sobre os seus deveres em relação a si mesmos, à família, à sociedade e à Pátria. Dignidade pessoal. O asseio como indício de bom caráter.

2) — Demonstração dos maus efeitos resultantes da mentira, da calúnia, da inveja, da cólera, da preguiça, da intemperança e da delação.

3) — Narrações e contos que despertem na criança amor ao bem e horror ao mal.

4) — Historietas sobre princípios morais ou atos dignos de imitação.

5) — A Pátria; deveres para com a Pátria. O verdadeiro patriotismo. (Provocar no espírito das crianças entusiasmo e amor, pela nossa Pátria, sem nunca despertar-lhes idéias apaixonadas ou sanguinárias). Respeito à pátria estrangeira.

6) — A fraternidade humana. Condenação do jacobinismo mal entendido. O estrangeiro em nosso país.

7) — Necessidade de Governo. Impossibilidade da existência de uma sociedade sem Governo. (Demonstração desta verdade por meio de exemplos fáceis; a classe sem professor, etc.).

8) — Fases do Governo por que tem passado o Brasil. Poderes constituídos no Município, no Estado e no País. As datas nacionais.

9) — Recitação de poesias morais e cívicas, e leitura comentada de um manual de civildade.

10) — Descrição muito simples de nossa Bandeira como símbolo da Pátria.

INSTRUÇÃO MORAL E CIVICA

A Moral

A *Moral* é a ciência do bem. É ela que ensina o homem a ser bom, honesto e exato cumpridor de suas obrigações.

Obrigação é tudo quanto o homem tem de fazer e de cumprir.

Ao conjunto de obrigações dá-se o nome de *deveres*.

Todos os deveres do homem estão encerrados nos *Mandamentos da Lei de Deus*.

O objeto da *Moral* é o homem — o mais perfeito de todos os seres criados por Deus.

O homem é dotado de *inteligência*, para que possa compreender; de *sensibilidade*, para que possa sentir; de *vontade espontânea*, para que possa, livremente, fazer ou não uma coisa qualquer, para que possa *querer* ou *deixar de querer*.

O homem tem *deveres* a cumprir para consigo mesmo, para com Deus, para com a sociedade e para com a pátria.

Todos esses deveres podem ser classificados em: *deveres individuais*; *deveres religiosos*; *deveres sociais* ou *gerais*; *deveres políticos* ou *pátrios*.

Deveres individuais

Os *deveres individuais* são os que o homem tem para consigo mesmo, isto é, para com a própria pessoa. Eles se referem ao corpo, à sensibilidade, à inteligência e à vontade, estabelecendo regras para o *asseio*, *higiene*, *temperança*, *instrução*, *verdade*, *sinceridade*, *discreção*, *modéstia*, *fôrça de vontade*, *domínio de si mesmo*, *paciência*, *firmeza*, *coragem* e *trabalho*.

Asseio — Higiene — Temperança. — Os deveres que dizem respeito ao próprio corpo podem ser reduzidos ao *asseio*, *temperança* e *ginástica*.

Os deveres corporais têm por fim conservar o corpo ágil, robusto e sóbrio ou temperado, isto é, conservá-lo no estado de saúde perfeita e avigorar-lhe os órgãos. Mas não basta evitar que o organismo adquira moléstias contagiosas ou que seja vítima de um ferimento ou de machucaduras: é preciso que se lhe forneçam alimentos sãos, que se seja sóbrio, que se trabalhe, que se façam exercícios ginásticos, que se observem as regras estabelecidas pela *Higiene* — ciência que ensina a conservar a saúde.

O *asseio* do corpo não é unicamente um dever; é uma necessidade indispensável, porque favorece a transpiração e fortalece o organismo.

A necessidade do *asseio* estende-se ao vestuário e à habitação.

Não há o que mais deponha contra o indivíduo e mais afugente amizades do que a falta de *asseio*.

Água, sabão, luz e boa vontade, é no que se resume a despesa do indivíduo, para ser *asseiado*.

O cuidado com os dentes, o uso de roupas folgadas, os banhos frios, o arejamento das habitações são deveres que o homem deve cumprir diariamente, se deseja ter boa saúde.

A *temperança* ou *sobriedade* ordena que se coma e beba o indispensável ao sustento do corpo. É ela que ensina o homem a combater a gula, a abster-se de comidas salgadas e picantes, de gelados, de frutas verdes, de tudo quanto possa ser dispensável ao organismo, principalmente de bebidas alcoólicas e do fumo — os dois maiores inimigos do homem, pela série de males que produzem: perda da razão, loucura, crime e transtornos orgânicos muitas vezes fatais.

É bem certo o ditado que manda “*comer para viver e não viver para comer*”.

Para combater a *preguiça* e a *indolência*, a *Higiene* aconselha o exercício, isto é, a *ginástica* ou exercício submetido a regras.

A vida sedentária depaupera o organismo, ou torna-o incapaz de qualquer esforço, por menor que seja.

Em um organismo debilitado é fatal a perda das faculdades intelectuais, porque a inteligência só pode funcionar bem em corpos sãos.

Saltar, mover-se, correr ao ar livre, flexionar os membros, erguer pesos, nadar, esgrimir, dansar, são ótimos exercícios, quando feitos com regra e moderação, isto é, com método.

Sendo *asseiado*, sóbrio e praticando a *ginástica*, o indivíduo conservará sua saúde e poderá entregar-se proveitosamente a qualquer trabalho. Pelo *asseio* conservará o corpo todo em perfeito funcionamento; pela *sobriedade* dar-lhe-á o indispensável para viver; pela *ginástica* promoverá o desenvolvimento de todos os órgãos do corpo — que ele tem o dever de conservar.

Faltando a um destes deveres, o indivíduo atenta contra a própria vida. Consumindo a vida, ele viola as leis de Deus, tornando-se ao mesmo tempo *cobarde* e *egoista*. *Cobarde*, porque não sabe suportar com paciência e resignação os males que o afligem; *egoista*, porque esquece que não vive só para si, mas também para a família, para a sociedade, para a pátria e para Deus.

Atentando contra a própria vida, o homem comete um crime que Deus e a sociedade reprovam e que se conhece pelo nome de *suicídio*.

Instrução. — Quanto maior é o preparo do indivíduo tanto melhor ele compreende os seus deveres e tanto melhor serve aos próprios interesses e aos interesses da coletividade.

Qualquer ocupação, por simples que pareça, exige certo preparo. É assim compreendendo que os governos mantêm escolas de diferentes graus, tornando obrigatória a instrução às crianças de 7 a 12 anos de idade.

Na luta pela vida, o que se observa diariamente é que os menos instruídos estão sempre sob a dependência dos que melhor preparo apresentam e que a consideração dispensada a uns e outros guarda a exata proporção da capacidade de cada um.

Casos há, é verdade, em que a injustiça coloca o talento subordinado à incapacidade; mas sempre, e em toda a parte, esta termina cedendo o lugar àquele.

O homem inculto é geralmente rude, desconfiado, mau, e, como tal, não pode ser bom empregado, bom amigo, bom parente, bom chefe de família e bom cidadão.

“O grau de prosperidade de uma nação — disse alguém, com inteira razão — só pode ser avaliado pela cultura do seu povo”.

A escola. — A escola é uma sociedade, cujos alunos formam uma família intelectual ou mesmo um pequeno estado que tem por chefe o mestre. É nela que as crianças e os moços encontram quem, fazendo-lhes as vezes de pai, lhes adoça o caráter e desenvolve as faculdades físicas e intelectuais.

A escola nada mais é do que a continuação do lar.

Como em casa as crianças e os môços têm deveres a cumprir para com os que vivem debaixo do mesmo teto, êstes deveres também se manifestam na escola e dizem respeito à *assiduidade*, à *aplicação*, ao *mestre*, aos *empregados* e aos *condiscípulos*.

A falta de assiduidade às aulas aborrece o mestre e prejudica o adiantamento do aluno.

A assiduidade, que é o comparecimento diário às aulas, exige também a maior pontualidade, para que a boa marcha dos trabalhos não seja interrompida.

Além de assíduo e pontual, o aluno deve ser *atento* e *aplicado*.

Atenção e *aplicação* são as primeiras armas de combate de um estudante, porque são elas que irão decidir de sua vida e de sua sorte, pois é delas que derivam quase todos os seus deveres individuais e alguns deveres sociais.

A *desatenção* e a *vadição* são próprias de indivíduos preguiçosos, mandriões e de vontade fraca ou mal dirigida.

A *aplicação* inclina o aluno ao estudo constante, fazendo-o experimentar prazeres infinitos, porque o estudo é fonte de virtude, de saber e de grandeza.

Além da *obediência* que o aluno deve a seu mestre, êste é ainda credor de muito mais, de *respeito* e *gratidão*.

Não há missão mais nobre nem mais elevada que a do mestre, nem que lhe seja mais árdua ou se lhe possa comparar em esquecimento e ingratidões! Compete-lhe formar e educar a inteligência das crianças, descobrir os segredos das ciências à mocidade e encaminhá-la no sentido de dar à sociedade homens bem formados e à pátria cidadãos capazes de engrandecê-la.

Tôdas as contrariedades, tôdas as dôres, todo o esquecimento, tôdas as ingratidões esquece-as o pobre mestre, ante a lembrança do dever cumprido. As suas repreensões, os seus castigos, a sua aparente severidade não devem ser tomados pelos alunos como produto de malvadez e orgulho, mas como meios de que se vale para coibir abusos, para manter a disciplina, para zelar — na esfera das suas atribuições — pelo preparo e felicidade de cada um.

O mestre não *instrui* somente; êle também *educa*. Os seus deveres sociais, de enorme responsabilidade, sofrem a fiscalização direta dos pais dos alunos e das autoridades públicas, que lhe não perdoam a mais leve falta. Eis porque êle exige dos seus alunos o exato cumprimento dos seus deveres. E, quanto melhor cumpridos forem êstes, mais se lhe enche o coração de alegria, maior se manifesta a sua felicidade, maiores e mais abundantes serão os proveitos para ambas as partes.

Obedecendo ao mestre, melhor aproveitarão os alunos os seus ensinamentos; *amando-o*, pagar-lhe-ão em parte o sacrifício que êle faz para educá-los e instruí-los; *amando-o* e *respeitando-o*, êle verá nesse amor e nesse respeito uma verdadeira prova de *gratidão*.

Ê hábito muito antigo, abusarem os alunos da bondade dos *empregados* da escola e fazerem da humildade dêstes servidores motivo de pilhérias e mesmo de grosserias. Ê mal feito, porque, além de outros serviços de valia que lhes estão afetos, são êles que cuidam do *asseio* da escola, zelando, por conseguinte, pela saúde dos alunos, durante o tempo de sua permanência no prédio.

Respeitá-los e mostrar-se-lhes grato é dever de todo o aluno.

A convivência traz amizade e esta não deve faltar entre os colegas de uma mesma escola.

São deveres entre colegas: amarem-se e auxiliarem-se mutuamente; serem iguais e sinceros para com todos, indistintamente; serem generosos e desinteressados; evitarem os rasgos de superioridade e fugirem aos elogios — que são sempre perniciosos, principalmente quando têm o propósito de *adular*.

Verdade. — *Sinceridade*. — O primeiro de todos os deveres do homem deve ser a *verdade*, porque esta lhe dá fôrça e energia.

A consciência humana só pode ter repouso na *verdade*, visto a *mentira* só conduzir a êrros.

“A bôca de quem mente mata a alma”, diz a Sagrada Escritura, porque a *falsidade* e a *mentira* encobrem faltas e vícios imperdoáveis.

A *verdade* é própria dos homens livres, ilumina a inteligência, torna a pessoa bem vista e faz amar o bem; a *mentira* é própria de escravos, degrada o homem, é criminosa e baixa, provém da *malícia*, da *cobardia*, da *vaidade* e do *embuste*.

Não há quem não aborreça e não despreze o mentiroso.

Quem se engana e tem a franqueza de confessar a sua falta, procede nobremente; quem persiste no êrro ou procura inocentar-se de alguma culpa, valendo-se da *mentira*, é desprezível.

O caminho da verdade é fácil e seguro; o da *mentira* é falso e perigoso. Bem razão têm os que afirmam que a *mentira* tem pernas curtas e a *verdade* sempre a alcança.

Quer firme ou negue alguma coisa, o homem deve ser sempre verdadeiro.

Quem combate a verdade e encobre ou sustenta a *mentira* só pode inspirar desconfianças e afugentar as boas amizades.

Não raro se perdoa o culpado, quando se lhe reconhece a bela virtude de ser verdadeiro.

A verdade é companheira inseparável da *sinceridade*.

A *dissimulação* ou *fingimento* antecede sempre a *mentira*. Ê tão baixa como esta, porque o indivíduo que a pratica finge sentir o que na realidade não existe em seu coração.

Quem adula aos outros, emprestando-lhes qualidades que realmente não possuem, é mesquinho e *hipócrito*, porque só o faz por interesse.

O homem de caráter ama a *sinceridade* e despreza a *hipocrisia*. Apresenta-se à sociedade tal qual é na realidade: age, discute; defende firme e claramente as suas idéias; manifesta os seus sentimentos sem receio, sem preocupação de qualquer espécie. É sincero em todos os seus atos, com a *firmeza* e *lealdade*, com a *modéstia* e *discreção* só encontradas nos grandes corações. Sim, porque a *sinceridade* exige no homem o curso destas quatro qualidades.

A sinceridade praticada por êste modo só poderá magoar aos tolos e presumidos, nunca às pessoas sensatas, que sabem perfeitamente o que na realidade valem.

Discreção. — Modéstia. — Ordena a *Moral* que tudo quanto se faça e diga seja executado com *discreção* e *modéstia*.

Ser *discreto* é proceder sempre com o maior cuidado, afim de evitar ferir suscetibilidades ou que se torne conhecida uma coisa que deve ser mantida em segredo.

É *indiscreto* quem se aproxima de outras pessoas para ouvir-lhes a conversa; quem se introduz em uma casa, em um cômodo, sem antes avisar; quem conta a outrem um segredo que lhe foi confiado; quem se intromete em questões alheias; quem interrompe uma conversação; quem indaga da vida alheia; quem distrai a atenção dos que trabalham; quem anuncia coisas das quais não tem absoluta certeza.

A *indiscreção* dá origem a muitos desgostos, e muito acertado andar quem se conservar *arredio* e tomar por divisa, em toda a sua vida, o velho rufão: “*calar é ouro e falar é prata*”.

A *modéstia* é a mais bela de todas as qualidades.

A pessoa dotada desta qualidade conhece perfeitamente o valor das coisas, sabe dar-lhes aprêço e não exagera as suas posses nem as suas virtudes.

A *simplicidade* e a *modéstia* só se encontram nos homens de mérito.

O homem modesto é humilde por natureza; procura esconder-se aos olhos dos outros; evita elogios; não gaba seus méritos; não desfaz dos seus semelhantes; não se envergonha da humilde condição do seu nascimento, se consegue elevar-se no seio da sociedade.

O *orgulho* e a *vaidade* não passam de um exagerado amor próprio, que leva o homem a considerar-se superior aos seus semelhantes e a encarar tudo e todos como seres inúteis e desprezíveis. São defeitos que assentam bem nos tolos e nos despeitados.

Tratando dêste assunto, assim se exprimiu um escritor: “*quanto mais nova e ôca, mais ereta se mostra a espiga de milho na haste que a suporta; quanto mais velha, cheia e madura, mais inclinada fica para o solo*”.

Tal qual os homens.

Fôrça de vontade. — Paciência. — Domínio de si mesmo. — Há um adágio que diz “*querer é poder*”. Assim é, com efeito, quando o homem é dotado de *fôrça de vontade*, isto é, quando sabe querer, quando sabe *ter valor*.

Ter valor significa *ser forte*, e sem valor não há virtude.

Homem de valor é aquele que não teme o perigo, os sofrimentos, as contrariedades, as agruras da vida e que tudo enfrenta com *calma, meditação, paciência e tenacidade*.

É pelo *valor* que o homem vence o *egoísmo*; esmaga a *preguiça*; prossegue no trabalho e no estudo; defende seus semelhantes; tudo sofre sem desfalecimentos, sem queixas e sem cobardias; corrige faltas; sacrifica a vida, se preciso, no cumprimento de um dever.

O homem que sabe *ter vontade*, que sabe querer, suporta as faltas alheias, vencendo a própria contrariedade. É a isto que se dá o nome de *paciência*.

A *paciência*, portanto, é a virtude pela qual o homem domina o próprio caráter e se torna condescendente, sem faltar aos seus deveres para com todas as pessoas que o rodeiam.

Todo o homem está sujeito ao erro e à fraqueza, razão por que a primeira lei da Natureza é a da *tolerância* ou o *domínio de si mesmo* que manda aos homens tolerarem-se mutuamente.

A *impaciência* e a *intolerância* dão origem a grandes desgostos.

O *domínio de si mesmo* é indispensável à felicidade individual, porque nele se encontra a origem de todas as virtudes. Para consegui-lo, o homem deve ser *perseverante* e *constante* contra todos os obstáculos que se antepõem à virtude.

O *orgulho* e a *côlera* não assentam bem nos homens virtuosos. Não há nada mais belo numa pessoa do que a *humildade* e a *mansidão*.

O homem deve reprimir com constância o *desdem*, para que se não torne *áspero* e *orgulhoso*; combater os vícios e todos os caprichos em seu nascedouro; vencer as contrariedades, quando alguém ou algum obstáculo se oponha à realização dos seus desejos. Caso contrário a *ira* e o *ódio* se desenvolverão em seu coração e emitirão raízes fundas, dando-lhe dias amargurados e tristes.

A *ira* é sempre a causa de maus conselhos e de ações ferozes; abala a saúde e obscurece as belas qualidades do coração. Seu companheiro inseparável é o *orgulho*, com o qual se associa em todas as maldades.

A *humildade*, pelo contrário, anima. Não é virtude que ponha o homem em destaque, mas é superior a qualquer glória. Não é, como pensam muitos, sinal de cobardia, mas sim uma qualidade que faz o homem saber o que realmente vale, comparado aos seus semelhantes.

Odiar alguém, por um mal praticado, é um erro, pois não há ninguém perfeito no mundo.

Infelizmente são numerosos os *invejosos*, razão por que se lhes deve perdoar a fraqueza, ao envê de odiá-los. O *perdão*, além de causar grande prazer a quem perdoa, serve, as mais das vezes, para converter os perdoados e torná-los amigos bons e leais.

Em regra os invejosos são *maldizentes* e *caluniadores*, que gozam com a desgraça alheia: riem, quando os outros choram, entristecendo quando os vêm felizes.

O homem deve perdoar sempre, porque nunca êle é tão grande como quando perdoa.

A *vingança* é um triunfo indigno de uma alma bem formada.

Firmeza. — *Coragem*. — *Firmeza* é a qualidade do homem que segue corajosamente os seus desígnios, quando baseados na razão e na justiça.

O homem *firme* despreza os obstáculos e as dificuldades que se opõem aos seus desejos ou procura vencê-los com tenacidade. A coragem o anima e sustenta, levando-o ao fim que julgou razoavel e justo.

A *firmeza* só se encontra nos homens de razão vigorosa e de caráter enérgico. Ela não deve ser confundida com a *constância*, que também é encontrada em indivíduos de caráter pouco enérgico, volúveis e mesmo medrosos.

A *falta de energia* e a *fraqueza de caráter* são contrárias à *firmeza*; a *volubilidade* e a *inconstância* são combatidas pela *constância* ou qualidade do homem que tem permanência nos sentimentos do seu coração.

A *coragem* “é o dever em ação, isto é, o exercício constante da virtude, que luta dia a dia pelo seu triunfo e glorificação; é a honra combatendo o ócio e os vícios, afrontando e desafiando mesmo quaisquer obstáculos”.

O homem corajoso não se desvia do cumprimento do dever, e, para cumprí-lo, não teme as perseguições, o isolamento, a própria morte. Coloca a sua honra, o seu dever acima de rogos, súplicas; ameaças; firma-se em sua consciência, no espírito da lei, sem olhar a conveniências ou malquerenças.

É homem de coragem o que não despreza o trabalho, por mais rude que seja, mas aproveita-o de bom grado, procurando tornar-se digno de coisa melhor pela *atividade* e pela *perseverança*; o que aceita os azares da sorte com *resignação* e *paciência* e procura vencê-los, na esperança de melhores dias; o que procede com *bravura* e *intrepidez* em presença do perigo, em face da morte; o que procura vencer tôdas as dificuldades, grandes ou pequenas, com *constância* e *firmeza*; o que conserva inteira a *independência de caráter*, ao defender a verdade, ao combater os êrros dos governos, a decadência dos costumes sociais, as más doutrinas, tudo o que, de algum modo, seja contrário à *Moral*.

Trabalho. — Longe de ser um mal ou um castigo, o *trabalho* é um bem, um dever moral que o homem tem para com a vida, para com a alma e

para com o próprio corpo. É por meio dêle que todos os seres da Criação, dos mais insignificantes aos mais perfeitos, procuram conservar a vida e torná-la proveitosa.

Não há nada inoperoso na Natureza. Desde a formiga — símbolo da *operosidade* — até ao homem, todos lutam por seu bem-estar.

O trabalho é o dever, o conforto, a saúde, o bem.

Quem trabalha não tem tempo para tornar-se mau.

No trabalho está a felicidade, porque êle é o único meio legítimo de que se vale o homem para a sua subsistência e para revelar o seu progresso moral, intelectual e material.

O *ociosidade* é vergonhosa; corrompe a alma e o corpo.

O trabalho pode ser *intelectual* e *manual*, conforme é executado pela inteligência ou com o auxílio das mãos. Ambos são úteis e nobres. Por qualquer dos dois o homem conserva a sua *independência*, sustenta a virtude, em uma palavra: *vive*.

Para que o trabalho vingue e produza bons resultados, o homem deve não perder de vista o *tempo* e a *constância*.

Não foi à tôa que os nossos antepassados sentenciaram que “*com tempo e constância tudo se alcança*”.

“*Quem tem tempo não espere tempo*”, ensinaram outros, porque “*tempo é dinheiro*” e os minutos correm com a rapidez do raio.

Além do trabalho *individual* há o trabalho *coletivo*, que exige o concurso de muitos homens.

Foi pelo trabalho coletivo que a humanidade chegou ao grau de *civilização* em que se encontra.

Os povos que trabalham vivem na abundância, são ordeiros e gozam das comodidades que lhes fornecem a agricultura, as indústrias, o comércio, as letras e ás artes.

O trabalho, por mais simples e humilde que seja, eleva o homem, quando êle não procura tirar do alheio nem enganar o próximo.

Todo o homem trabalhador deve unir a *economia* ao trabalho. Confiar demasiado em suas fôrças e no conforto que o trabalho lhe garante é *imprevidência imperdoável*.

Prever o futuro, que ninguém conhece, é próprio do homem sensato, e na economia encontra êle a base da prosperidade.

Gastar quanto ganha é erro tão grave como privar-se alguém do indispensável, para só guardar.

O gasto sem economia denomina-se *prodigalidade* e a economia exagerada tem o nome de *avareza*. Uma e outra são filhas da imprevidência e da falta de juízo ou *insensatez*.

Todo o homem deve ser generoso sem ser pródigo e econômico sem ser avarento.

Deveres religiosos

Os deveres religiosos são os que o homem tem para com Deus — Todo Poderoso, criador do Céu e da Terra, que fez a criatura humana à sua imagem e lhe deu vida e lha conserva repleta de bondade.

A *Êle* deve o homem volver constantemente o pensamento, não só para render-lhe os tributos de sua homenagem, mas para pedir-lhe que o faça feliz e virtuoso e lhe conserve a vida, afim de que possa ser útil aos outros, à família e à pátria.

Deus existe. A sua presença se manifesta em tôda a Natureza, e, para onde quer que o homem se volte, encontra sempre o fruto da *Sua* operosidade, a esteira luminosa da *Sua* passagem.

Deus é Único, Sapientíssimo, Infinito, Perfeito. Está em tôda a parte e a todos ama indistintamente, a todos protege e ampara.

Respeitar o seu nome e a sua obra, amá-lo, é dever de todo o cristão. Mas este respeito e este amor não devem ser levados ao exagêro da perseguição aos adeptos de outras crenças.

Deus ama a constância de nossos atos, a sinceridade de nossa Fé e só quer, só exige que o sirvamos dignamente, cumprindo fielmente todos os nossos deveres, observando as *Leis* divinas e morais. É *Êle* mesmo quem nos ordena “*não fazermos aos outros o que não queremos que nos façam*”.

O melhor modo do homem enaltecer a sua religião é cumprir fielmente os seus deveres; o melhor meio de torná-la amada é praticar o *Bem*.

Deveres sociais ou gerais

Os *deveres sociais* ou *gerais* dizem respeito à família e aos homens em geral, isto é, à *sociedade*.

Todos os deveres do homem em relação aos outros resumem-se nos sentimentos de *justiça* e *caridade*, que mandam “*não fazer aos outros o que não se quer para si*” e “*tratar a todos como irmãos*”.

A *família*. — A família é o germe de tôda a sociedade. É um agrupamento de pessoas ligadas pelo sangue e pelos laços de parentesco, sob a direção de dois chefes modelos: *pai* e *mãe*.

Os elementos essenciais da família são o *pai*, a *mãe* e os *filhos*. Completam-na os parentes consaguíneos (*avós*, *tios* e *primos*) e os afins (*só-gros* e *cunhados*), constituindo os chamados *laços de parentesco*.

Os encargos da família são tantos e tão sérios que o bem estar moral e material de todos em geral e de cada um em particular depende da perfeita solidariedade entre todos os seus membros. O menor desmando de um deles pode ter conseqüências tão funestas que desunam, dispersem e anarquizem a família.

Para que uma família possa ser feliz é mister que todos os seus membros sejam tão unidos como o feixe de vimes de que nos fala a fábula. E, para que esta felicidade seja completa, deve haver *ordem*, *regularidade*, *respeito*, *obediência*, *moderação*, *trabalho* e *economia*.

Nessa pequena sociedade, em que todos lutam pela *honra de um nome*, “cada um tem o dever de trabalhar pelo bem de todos, pela felicidade geral; pais e filhos protegem-se reciprocamente durante a vida, e marido e mulher exercem simultaneamente iguais direitos, a mesma autoridade, e têm deveres ríprocos, que se chamam *deveres conjugais*”.

A par dêses deveres, que consistem na fidelidade, afeto e confiança mútuas, incumbe-lhes formar o espírito e o coração de-seus filhos.

Só esta última missão é sobremodo importante e grandiosa!

É refletindo nos incômodos e sofrimentos que um filho dá a seus pais; nos sacrifícios que impõem a alimentação, o vestuário e a instrução, que ele consegue fazer com que o sentimento do amor, da obediência e da gratidão criem raízes fundas em seu coração. É pensando no devotamento indão criem raízes fundas em seu coração. É pensando no devotamento incomparável de sua mãe, na sua ternura sem igual, nos seus cuidados e afetos inexcedíveis, pensando no que deve a seus pais, que ele aprenderá a amá-los e a honrar-lhes o nome.

O primeiro dever de todo o filho é *amar* a seus pais. Este dever não obriga ao menor esforço ou sacrifício, pois é um sentimento natural, que aumenta à medida que o espírito esclarece e o coração vai sendo cultivado.

Em seguida ao amor vem a *obediência*, que deve ser *voluntária* e *absoluta*. *Voluntária*, porque todo o filho deve obedecer não pelo receio de um castigo, mas pelo doce prazer de agradar àqueles que só lhe desejam o bem e a felicidade, conduzindo-o pelo caminho da virtude. *Absoluta*, porque os pais devem ser religiosamente obedecidos, sem discussão de suas ordens ou conselhos, sem a menor resistência, sem murmúrios nem queixas.

É exato que esta obediência diminui gradualmente e cessa aos 21 anos, e às vezes antes, quando a Lei reconhece no indivíduo tôdas as qualidades para poder governar-se por si próprio.

Todavia, seja qual for a idade de um filho e a sua posição social, nada o torna superior a seus pais. E, se não há mais ordens a cumprir, ele não está dispensado de *ouvir com deferência* e *respeito os conselhos da experiência*, que só os anos podem colher e a velhice dar tão sãbiamente como se tornem necessários.

Vem em terceiro lugar a *gratidão*. Um bom filho deve sempre considerar-se inferior a seus pais, lembrando-se cheio de gratidão dos inúmeros benefícios que deles recebeu”.

Se é verdade que nos mostramos gratos a um favor que alguém nos faz, de quanta gratidão não devem ser merecedores aqueles que “foram os nossos primeiros benfeitores e mestres e continuam a ser os nossos primeiros amigos e conselheiros?!”

Um bom filho não se impõe unicamente o dever de amparar a seus pais na velhice ou socorrê-los em caso de miséria; sua gratidão não se contenta com satisfazer essa obrigação a que nenhum filho pode esquivar-se: sua gratidão vai mais longe e excita-o a fazer por êles todos os sacrifícios possíveis, a exceder mesmo os benefícios que lhe foram prodigalizados”.

Deus disse: “Honra teu pai e tua mãe, para que possas viver longamente na terra”.

Os irmãos. — “Nada mais belo do que ver irmãos que se amam e entretajudam, e para os pais não há maior contentamento nem mais suave felicidade do que assistir a essa união, que é a força das famílias”.

O amor dos irmãos é uma coisa santa. “Hoje como sempre êles devem ser unidos. Os mais moços devem respeitar o mais velho e êste, por sua vez, precisa aconselhar prudentemente e dar bons exemplos.

As irmãs devem ser tratadas com amor e brandura: a natureza fê-las sensíveis e frágeis como as próprias mães.

Não raro sucede ocupar um dos filhos o lugar de chefe de família, pela morte dêste. Em tal circunstância, corre-lhe o dever de aceitar com ânimo e desempenhar com honra tão grave responsabilidade”.

O amor da família. — O homem que não ama sua família não pode ser bom cidadão.

O filho que se revolta contra as admoestações paternas; que não aproveita dos sacrifícios que os pais fazem para educá-lo e instruí-lo; que não ama e não estima os autores de seus dias; que não lhes dispensa as atenções de que são merecedores e de que é capaz um coração bem formado e reconhecido, não pode ser capaz dos menores sacrifícios em bem da coletividade e da pátria, quando estas lhos reclamem.

“A mãe de família que não prezar, como a sua maior jóia, a pureza da fé conjugal; que não der a seus filhos o exemplo da docilidade, da paciência, da compaixão, da modéstia; que lhes não infundir em tenros anos, com aquela insinuante e poderosa linguagem de mulher, as primeiras noções de Deus e dos seus mandamentos, tudo poderá esperar, menos a paz e as alegrias do lar doméstico, menos a fortuna de legar ao país cidadãos virtuosos.

O irmão que não conservar a harmonia paternal; que se não possuir das penas e dos gozos de seus irmãos; que não os socorrer em suas tribulações; que não lhes perdoar suas injustiças ou malefícios, não pode compreender e praticar a fraternidade política, que assenta na negação do egoísmo ou amor excessivo de si mesmo”.

Idéia de sociedade e solidariedade. Deveres decorrentes

Desde o comêço do mundo o homem compreendeu a inutilidade dos seus esforços, sem o auxílio dos seus semelhantes. Viu que sozinho não poderia cozinhar, lavar, construir sua casa, preparar ferramentas e fazer uma infinidade de outras coisas que a *sociedade* reparte entre seus membros.

Sendo assim, para fugir ao isolamento e evitar os perigos e estragos da vida, êle procurou unir-se aos mais e constituiu a *família* — que é uma pequena *sociedade*, simples e modesta.

Reunidos debaixo de um só teto, marido, mulher e filhos compreenderam que “*da união é que nasce a força*”, e que a vida seria intolerável sem o amor recíproco e o socorro mútuo, nascendo daí a série de deveres e atribuições de cada um dêles para a consecução do bem estar geral.

Organizadas as famílias, era preciso que elas não vivessem isoladas; e, para evitar o mal decorrente dêste fato, reuniram-se por sua vez, constituindo a *sociedade civil* — que não passa de um agregado de famílias que obedecem às mesmas leis e às mesmas autoridades, têm mais ou menos os mesmos usos e costumes e falam uma língua comum.

Constituída a *sociedade civil* sob o tipo da sociedade familiar, o mesmo sentimento de *solidariedade* levou os seus membros a procurarem na diversidade de misteres, distribuídos de acôrdo com a capacidade de cada um, os meios de prover pelo trabalho honrado às necessidades da vida e pugnar pelo bem estar da família e da sociedade, pelo engrandecimento da pátria.

Ê êste sentimento de *solidariedade* humana que em nossos dias transpõe fronteiras, em busca de meios que conduzam a humanidade aos benefícios da paz e da tranqüilidade.

Do concurso de forças e da contínua troca de serviços entre os homens é que provêm as máximas “*Não faças aos outros o que não queres que te façam*” e “*Faze aos outros o que desejas para ti*”. — Máximas nas quais se acham estabelecidos os deveres de *justiça* e de *caridade* — princípios fundamentais de toda sociedade bem organizada, que ensinam a dar a cada um o que efetivamente lhe pertence e a ajudar o próximo, fazendo-lhe todo o bem possível.

Ê na *sociedade* que o homem encontra elementos para o seu aperfeiçoamento geral.

Caridade. — A *caridade* é a virtude por meio da qual o homem reparte com seus semelhantes uma parte do que lhe sobra das suas necessidades reais.

A *caridade* não se impõe, é livre, e nesta liberdade é que repousa toda a sua beleza. Ela é própria dos corações bem formados, que se compadecem

das desgraças alheias e procuram aliviá-las com os meios ao seu alcance, sem outra recompensa que não seja a do simples cumprimento de um dever.

De todos os deveres sociais, é este, sem dúvida, o mais nobre, o mais generoso e meritório.

A maneira mais simples de praticar a caridade é a *esmola*, mas não é a mais útil, porque pode alimentar vícios e desenvolver a *mendicidade*.

A verdadeira caridade não repousa em uma simples moeda lançada às mãos descarnadas de um mendigo, mas no confôrto que se leva à vivenda esquecida dos desprezados e desamparados; no chamar a si a educação de um órfão; na internação de mendigos nos asilos que se ajuda a edificar; nas consoladoras visitas feitas aos que sofrem nos hospitais; na fundação de casas de caridade ou no auxílio oferecido à sua manutenção; na abertura de escolas e de oficinas; no combate ao vício, ao crime; na oferta de trabalho; em um pedaço de pão; numa palavra de confôrto.

Isto não avilta, não humilha e constitue a verdadeira beneficência, a verdadeira *filantropia*.

A verdadeira pobreza "longe de esmolar nas praças e ruas, à porta dos teatros e das igrejas, não aparece; não mostra as faces descarnadas, nem os olhos cavos: vive honestamente no seu tugúrio, à espera que as almas bondosas lhe mandem um pouco de trabalho", único que eleva e engrandece o homem.

O homem deve "fazer o bem sem olhar a quem", lembrando-se de que "quem dá aos pobres empresta a Deus".

Altruismo. — *Altruismo* é o sentimento que faz o homem esquecer-se da própria vida para salvar a de um semelhante.

Os atos de altruismo são considerados heróicos e abnegados.

Pratica o altruismo quem salva seu semelhante da voracidade de um incêndio; quem se joga à água para salvar uma pessoa prestes a afogar; quem se expõe ao perigo para salvar a alguém prestes a ser colhido por um bondê, por um automóvel ou outro qualquer veículo; quem se expõe a experiências perigosas para conseguir alguma coisa útil à humanidade.

A sociedade e os governos têm sabido premiar os inúmeros atos de altruismo praticados por homens, mulheres e até por crianças.

Civilidade. — Em tôdas as suas relações, tanto da vida familiar como da vida social, o homem deve ser civil, isto é, *polido e cortez*.

"A *grosseria* e a *incivilidade* fecham portas e corações, ao passo que a *urbanidade* e as *boas maneiras* acham fácil entrada em todos os peitos."

O homem que pratica a urbanidade e a polidez é sempre o mesmo — afável e sincero tanto com os pobres como com os ricos.

É pelas boas maneiras que o homem grangeia simpatias, amizade, estima e respeito. A grosseria e falta de polidez desgostam, desagradam, afugentam amigos e depõem imenso contra quem as pratica.

Cumpra, porém, não exagerar: há pessoas que, embora retraídas por natureza, acanhadas, frias, um tanto rudes e mesmo insociáveis, são entretanto leais, bondosas e de um caráter excelente. Outras há que se revestem de uma polidez estudada, artificiosa, no intuito de agradar pela bajulação, e entretanto são dotadas de uma deslealdade revoltante.

O homem polido é destituído de afetação e de arrogância, é leal, respeitador, obsequioso, modesto; não lisongeia nem bajula; respeita indistintamente os velhos, as mulheres, as crianças, o pobre e o rico, o branco e o negro; descobre-se à passagem de um morto; não questiona, não assovia, não canta, não ri nem fala alto na rua; não fala de si e dos seus méritos; não interrompe a conversação de outros; não escarra, não boceja, não espreguiça nem assoa o nariz em presença dos outros; não analisa os atos de seus semelhantes; mantém-se com todo o respeito nos lugares públicos, nos teatros, nas igrejas, nos cemitérios; cede os melhores lugares aos velhos e às senhoras nas calçadas e nos bondes; não incomoda nem ofende aos mais com gestos ou com palavras; pede sempre *por favor*; não se esquece do emprêgo das palavras *sim senhõr e não senhõr* em suas respostas.

O homem civil é o que e chama *homem educado*.

Tolerância. — Quem quiser ser feliz deve ser *tolerante*.

Como não há ninguém perfeito no mundo, manda a boa razão que os indivíduos se tolerem mutuamente, para que permaneça intacto no seio da sociedade o espírito de solidariedade.

A *tolerância* é uma lei natural que leva o homem a dominar o próprio caráter e a suportar as faltas alheias.

Muitas inimizades são conquistadas, muitos crimes são cometidos, muitas demandas enternizam e muitos ódios se transmitem de gerações a gerações, por falta de tolerância de uma das partes.

Vencendo a sua contrariedade, tornando-se condescendente, tolerante, o indivíduo não dá mostras de fraqueza, não se acobarda, não falta absolutamente aos seus deveres; o que êle faz é pôr em evidência tôda a grandeza da sua alma compassiva e boa.

Ê desse espírito de tolerância que muitas vezes fazem uso as autoridades, para abrandarem os rigores das leis.

Quem não tolera as faltas alheias não pode exigir que lhe tolerem as suas.

Probidade. — "Probidade é a observância exata e constante dos deveres da justiça.

Homem de probidade ou de procedimento honesto é aquele que não só não faz mal a ninguém, mas presta positivamente todos os serviços ou benefícios que pode, tanto ao seu semelhante ou à humanidade em geral, como ao seu próximo em particular."

A probidade pode ser *moral, mercantil ou profissional, e política*.

“A *probidade* moral ou probidade por excelência é o regular e sincero procedimento do homem de bem, fundado no ditame de sua consciência e no amor do bem geral.

A *probidade mercantil* ou *profissional* é o procedimento exato e pontual do artífice ou fabricante, do cultivador, do homem que compra e vende, do agente de qualquer ramo de indústria, do médico, do advogado, do engenheiro e finalmente do funcionário público, determinado pelo amor de lucro ou interesse material, afim de obter o crédito e as vantagens que daí se prometem.

A *probidade política* é o procedimento regular e exato do cidadão e do funcionário público na observância das leis sociais, afim de obter a estima da opinião pública na sociedade onde reside”.

O negociante que rouba no pêso, que falsifica os gêneros, que vende uma coisa por outra, que de qualquer modo ilude a boa fé do freguês, que burla as leis; o lavrador que foge ao cumprimento dos seus compromissos; o agente de negócios que desvia dinheiro e mercadorias que lhe são entregues; o advogado que exagera as custas; o médico que se descuida dos seus doentes ou que se excede nos honorários que lhe são devidos; o engenheiro que não permanece á testa dos serviços que lhe são confiados; o funcionário público que não atende às partes ou que se deixa subornar; os que exigem dinheiro ou outra qualquer recompensa, para se desobrigarem de seus deveres políticos, não são *homens de probidade*.

“Só merece propriamente o nome e a qualificação de homem de bem, honesto ou de probidade, aquele indivíduo que cumpre fielmente os deveres da justiça e da moral universal, por efeito do seu bom caráter, por motivos de consciência, por amor da ordem e do bem geral, e não por amor do dinheiro ou interesse mercantil, nem por ambição, amor do poder ou qualquer consideração pública.

O homem imoral ou sem probidade, apenas comete qualquer ação contrária ao seu dever, é logo castigado pelo *remorso*. Tarde ou cedo a sua culpa se faz conhecida e então segue-se também a *desonra*, que é a pena imediata que se acumula à primeira.

Chama-se *remorso* a acusação que nos faz a nossa *consciência*, pelas ações imorais que cometemos com conhecimento de causa.

A *desonra* ou *vergonha* é a reprovação e desprezo por parte das *autoridades constituídas* ou das *pessoas de bem*, logo que lhes conste que o nosso procedimento não foi conforme as regras da honestidade ou da probidade moral.

O *remorso* e a *desonra* são os castigos mais terríveis e as maiores desgraças que podem acontecer ao homem.

O homem honesto e de probidade, por mais pobre que seja e por menos consideração política que goze, sempre vive tranquilo e contente, porque não sofre os *remorsos*, que são os maiores de todos os males; goza da estima das *pessoas de bem*, a qual, depois do testemunho da consciência, é maior dos bens.

Pelo contrário, o homem imoral ou sem probidade, por mais rico e poderoso que seja vive sempre inquieto, atormentado pelo remorso e é aborrecido, desprezado pelos homens de verdadeira probidade moral, cujos testemunhos são de muito maior valia do que esses aplausos falsos e transitórios da massa do povo, a que se chama *popularidade*.

Portanto, é infiel à sua consciência, insensato e quase louco, aquele que deixa a estrada direita e segura da probidade pelo tortuoso e arriscado caminho do dinheiro mal adquirido ou sórdido interesse material”.

A divisa de todo o homem de bem deve ser esta: *Pobre sim, mas desonrado nunca!*

Justiça. — *Justiça* é o sentimento natural que leva o homem a respeitar o direito alheio, a não fazer mal ao próximo e a dar a cada um o que realmente lhe pertence.

É do sentimento de *Justiça* que se originam tôdas as virtudes sociais e todos os seus deveres podem ser ajustados na máxima: “*Não faças aos outros o que não queres que te façam*”.

São deveres de justiça: o respeito à vida, à liberdade, à propriedade, à consciência e à honra alheia.

O roubo, o assassinato, a escravidão, a intolerância, a calúnia, a difamação, o falso testemunho, a delação, o silêncio que prejudica, são violações da justiça que as leis punem severamente.

A vida do homem é um bem preciosíssimo que só a Deus compete suprimir.

Quem atenta contra a vida de outrem comete um crime conhecido pelo nome de *homicídio*.

O *homicídio* tem o nome de *assassinato*, quando o crime é praticado com premeditação, perfídia ou traição.

O *suicídio* é um ato de cobardia, próprio de almas fracas ou mal formadas, incapazes de vencer com ânimo resoluto os contratemplos da vida.

O *duelo* é também considerado um crime, porque não passa de um atentado contra a vida.

As leis não toleram que alguém faça justiça por suas próprias mãos, porquanto fornecem meios de punição aos ofensores do direito e da honra alheias.

Só em *legítima defesa* tem o homem direito de defender a sua vida injustamente atacada ou ameaçada por um agressor ou assassino.

Todo o homem tem inteira *liberdade de ação* e de *pensamento*, desde que observe os seus princípios da moral e da justiça. Sua consciência é livre quer em política, quer em religião, ou em outro qualquer assunto.

A liberdade é um bem inestimável e o homem deve ser tão cioso dela quanto o é da sua honra. Só uma transgressão aos deveres da justiça pode reduzi-la ou privá-la, com a aplicação de penas proporcionais aos crimes cometidos.

O furto e o roubo são crimes degradantes, passíveis das penas da lei, porque a ninguém é permitido apropriar-se dos bens de outrem, adquiridos ou acumulados honestamente.

O roubo não consiste unicamente na apropriação indébita dos bens alheios, mas em tudo que de algum modo iluda a boa fé ou confiança de outrem. Quem falsifica os gêneros; quem abre falência com o fim de prejudicar; quem engana sobre a qualidade ou a quantidade das mercadorias; quem contrai dívidas com o propósito de não pagar; quem empresta a juros elevados; quem falta aos compromissos assumidos; quem desvia quantias que lhe são confiadas; quem, afinal, abusa da confiança de outrem, comete uma fraude, que não passa de um verdadeiro roubo.

“Quem vive sem conta, morre sem honra”, diz o ditado.

A honra sempre foi considerada por todos como um bem superior à própria vida, razão por que, quem calunia a honra alheia, encontra o castigo merecido no Código penal.

“O caluniador é mais odioso do que o assassino: este, matando, só tira a existência, porém aquele rouba a reputação, que vale mais que tudo”. Todo o homem de bem defende a reputação alheia, não se associa aos caluniadores e maldizentes, nem a conversações cujo tema verse sobre a honra e a virtude, “quase sempre discutidas pelos que menos justamente prezam a Moral e em cujas bocas o elogio da virtude se torna desprezível”.

Equidade. — Equidade é o sentimento de justiça destinado a corrigir as imperfeições das leis ou a abrandar-lhes os efeitos, quando julgadas excessivas. Funda-se na boa razão e no princípio da igualdade humana, que manda o homem fazer aos outros todo o bem que, em idênticas circunstâncias, desejaria que eles lhe fizessem.

Não se deve confundir equidade com justiça, porquanto esta tem por objeto dar a cada um o que é seu e realmente lhe pertence, e se baseia em lei expressa; aquela faz com que se reconheça e se dê aos outros o que a lei omitiu ou exagerou, mas que de direito lhes deveria pertencer.

Bondade. — Bondade é o sentimento natural que leva o homem a praticar o bem e a não causar dano aos seus semelhantes.

Ela tem o nome particular de benignidade, quando é acompanhada de generosidade, tolerância, indulgência, brandura e amabilidade.

Pela bondade o homem atrai, porque pratica o bem; pela benignidade encanta, porque o faz com nobreza e generosidade.

Consolar um infeliz, compadecer-se da sua desgraça e socorrê-lo; perdoar faltas; estancar as lágrimas de uma criança que chora; erguer um velho que cai na rua; indicar o caminho a uma pessoa desgarrada, etc., são atos de bondade.

Valor social do exemplo. — A carreira das ações do homem começa no lar, desenvolve-se na escola e se aperfeiçoa no seio da sociedade. Nesta

os interesses de toda a sorte se entrecrocaram, produzindo a diversidade de sentimentos que animam os seus membros.

Cabe ao homem procurar neste meio os elementos necessários e indispensáveis ao seu aperfeiçoamento moral, e da escolha dos amigos depende em grande parte a sua virtuosidade.

É sabida a benéfica influência que o bom exemplo de um amigo exerce sobre o indivíduo e não se desconhecem os perigos constantes a que se expõem os que se unem à companhia dos maus.

“Chega-te aos bons e serás um deles, chega-te aos maus e serás pior do que eles” — é a maior verdade que poderiam ter escrito os nossos antepassados em coisas de coração.

O sentimento de amizade é o mais puro e mais elevado de todos os sentimentos, e será um infeliz todo aquele que não tiver escrúpulo na escolha de um amigo.

O exemplo é o maior fator de aperfeiçoamento moral do indivíduo e só convivendo com os bons, com pessoas que possam aconselhar para o bem, inspirar o amor da virtude, guiar no caminho do dever, é que o homem pode fugir aos vícios, aos perigos, ao crime, tornar-se, em uma palavra, virtuoso.

Deveres políticos ou pátrios

Idéia de pátria. — Costuma-se definir a pátria como sendo a porção de terra em que o homem nasce e em cujo seio, sempre que ali permaneça, encontra os meios indispensáveis à sua subsistência.

Pátria, porém, é alguma coisa mais que o território, é a idéia de tudo quanto dele surge; é a totalidade de pessoas que têm a mesma tradição, a mesma história, os mesmos usos e costumes, o mesmo idioma, os mesmos afetos, o mesmo ideal — o do bem estar geral e conseqüente engrandecimento da terra que lhes serviu de berço.

Pátria é a casa, a família, o céu constelado, o trabalho, o engenho, a liberdade e a vida do homem no estreito limite de um território.

A nossa Pátria é o Brasil — território imenso, situado na parte oriental da América do Sul, com uma superfície de 8.511.189 quilômetros quadrados e uma população de mais de 43 milhões de habitantes. É esta abençoada terra, fadada a ser uma das principais nações do mundo, pelo seu desenvolvimento econômico e pelo saber e capacidade de seus filhos, fartamente revelados em todos os ramos da atividade humana.

Hospitaleira e nobre, ela protege os estrangeiros que a procuram e com eles reparte o seu trabalho, suas riquezas, seu bem-estar, suas glórias e tradições. Generosa sempre, ela abriga em seu seio milhares de pessoas

de outras nacionalidades, que vieram e vêm em busca de trabalho e comodidades, e que, em paga, lhe oferecem o seu braço, as suas energias e imensa gratidão.

É neste desprendimento, nesta fidalguia, nesta grande compreensão das leis da *fraternidade humana* que o Brasil se revela inigualável aos olhos do mundo civilizado!

Deus concedeu-nos a graça de uma terra imensa, prodigiosamente rica, majestosa e bela. Concorramos sempre para o seu maior engrandecimento, amêmo-la cada vez mais, com veemência, com orgulho. Mas que este amor e este orgulho não nos levem a insultar e a menosprezar o que constitui o amor e o orgulho dos outros povos — sua terra de origem.

O *jacobismo* e o *bairrismo* levados a excesso são causa de estremecimentos muito sérios na vida dos povos e conduzem freqüentemente à luta armada ou a humilhações bastante deprimentes.

Deveres para com a pátria. — Todo o homem, sejam quais forem as suas condições sociais e políticas, tem grande número de deveres a cumprir para com a pátria, sendo principais: o *patriotismo*, o *serviço militar*, a *disciplina* e a *colaboração no bem público*.

Patriotismo. — *Patriotismo* é o sentimento que leva o homem a amar sua pátria e a bem servi-la desinteressadamente, não poupando esforços para a sua prosperidade, para a sua grandeza, para a sua glória.

O homem deve à sua pátria: *família, educação, dignidade, posição* e os próprios *bens de fortuna*. É compreendendo tudo isso que ele se dispõe ao sacrifício da própria vida, para torná-la feliz, forte e respeitada.

O amor pela pátria só é verdadeiro quando se manifesta por atos e não por palavras.

Ama sinceramente sua pátria “quem é bom e laborioso; quem se mostra moderado nos desejos, forte na desgraça, modesto, concorde, operoso, amante da verdade e da justiça; quem se desfaz de todo o mau hábito; quem aborrece o vício; quem é íntegro e incorruptível; quem de qualquer modo procura dar-lhe força, grandeza, prosperidade, união, liberdade e independência”.

Não ama sua pátria, não sendo por conseguinte *patriota*: quem a despreza; quem se furta ao dever de se instruir e de trabalhar; quem foge à obrigação de votar, de pagar impostos, ao serviço militar e a outros sacrifícios que ela impõe indistintamente a todos os seus filhos; quem adula os poderosos; quem desprestigia as autoridades; quem fomenta partidos e promove discórdias; quem a traiçoa; quem por qualquer meio produz a sua desmoralização e lhe impede a marcha ordeira e progressiva.

O verdadeiro amor pela pátria, o verdadeiro *patriotismo*, exige sacrifício e este não lhe deve ser negado em todas as circunstâncias. Que este nunca falte a um *coração brasileiro*, para a grandeza e glória desta abençoada Terra!

O *serviço militar*. — A defesa da pátria é o maior e o mais sagrado de todos os deveres do homem.

Se as nações e os homens pudessem viver em completa harmonia, o mundo seria um verdadeiro encanto.

Infelizmente, porém, tal não acontece, razão por que as nações mais fortes procuram subjugar as mais fracas e todas, indistintamente, se armar e instruem militarmente seus filhos, para não serem apanhadas de surpresa, quando ameaçadas ou insultadas.

Nascem daí a necessidade do *serviço militar* e a justificação das enormes quantias anualmente gastas pelos governos com a manutenção do *Exército* e da *Armada*, quantias que poderiam ser empregadas em obras que melhor servissem aos interesses da coletividade.

Sem estes elementos de defesa, qualquer nação será fatalmente lançada à desordem, ao servilismo e à miséria. E o homem válido que foge ao serviço militar, e que, no momento do perigo, não põe ao serviço de sua terra braços, haveres e vida, não passa de um *grande culpado*, de um *coarde*, de um *traidor*!

O *serviço militar* não é somente uma escola de preparo técnico dos indivíduos para o manejo das armas: é também escola de civismo e de educação física, é escola de *disciplina* e de *cumprimento do dever*.

Nela se reúnem, na maior camaradagem, indivíduos de todas as classes e de todas as crenças, tornando bem claro o sentimento da igualdade com que são tratados. Nela os indivíduos se habituem à pontualidade, à obediência e à disciplina; mais nítidos se lhes apresentam os sentimentos de união e de solidariedade humanas; mais intensas se lhes desenvolvem a coragem, a lealdade e a nobreza de caráter. Nela, finalmente, se formam homens sadios e fortes, pela prática metódica e constante de exercícios apropriados.

Sendo o *serviço militar* indispensável à existência de uma nação, não há o que possa afastar o homem válido do cumprimento deste dever.

Entretanto, como nem todos se submetem voluntariamente a ele, as nações o têm tornado *obrigatório*, punindo com leis severas os *insubmissos* e os que se afastam da disciplina militar.

O tempo de serviço, em período de paz, oscila entre dois e três anos, nas diversas nações que o têm organizado, procedendo-se a sorteios anuais de alistados, para o preenchimento dos claros existentes nos quadros tanto do *Exército* como da *Armada*.

Passados os primeiros momentos de repulsa, os brasileiros compreenderam afinal a necessidade do *serviço militar*, e as casernas — outrora repletas de soldados mercenários — enchem-se hoje de uma mocidade luzida, forte e cheia de ardor pátrio.

A *disciplina*. — Não pode haver progresso onde existam desordem e anarquia.

A história da humanidade está repleta de exemplos de nações que precepsaram submeter-se ao cativoiro das que as absorveram, bem como de

outras que pagam ainda as conseqüências da *indisciplina* lavrada entre seus membros.

O falso sentimento de uma liberdade ilimitada e o errôneo princípio de insubmissão que ainda existe entre as classes menos cultas ou menos afortunadas das camadas sociais, constituem os elementos poderosos de que se valem os fomentadores de discórdias, para a satisfação dos seus caprichos ou das suas aspirações egoístas.

Contra tais elementos é que se devem colocar todos os que põem os interesses gerais — que são os da pátria — acima dos interesses pessoais, que são os dos que desejam o *poder*.

A liberdade, não há dúvida, é um direito sagrado, porque é por meio dela que o homem consegue desenvolver as suas faculdades e pode tornar-se útil à sociedade. “Sem ela não existe *Moral*, porque não há livre escolha entre o bem e o mal, entre a devoção ao progresso coletivo e o espírito de egoísmo, não existe responsabilidade”. Mas esta liberdade precisa ser dirigida, para que possa redundar em benefício do indivíduo e da sociedade em cujo seio elle vive. Ela não pode ser tal que se oponha aos limites estabelecidos pela *Razão* e pela *Justiça*.

A liberdade não é a negação de qualquer autoridade; não é o direito que tem o indivíduo de usar e abusar dela como melhor convenha aos seus desejos. Não. A liberdade assim compreendida é *anarquia*, “porque elimina a idéia de aperfeiçoamento moral coletivo, a missão educadora, a missão de *progresso* que a sociedade deve assumir”.

Para poder ser digno da sua liberdade e tornar-se útil à pátria, o homem deve conformar todos os atos de sua vida particular com os da sociedade, submetendo-se voluntariamente às suas justas determinações. É o que se chama *disciplina*.

Foi este espírito de *disciplina*, até hoje mantido pela parte sã do povo brasileiro, que fez fracassar — desde os tempos coloniais — tôdas as tentativas de incursões estrangeiras em nosso território e sufocou prontamente todos os motins e sublevações internas. Foi o imenso apêgo à liberdade fundada na *Razão* e na *Justiça* que levou o Brasil a defender em Háia, pela voz insuperável de *Rui Barbosa*, as nações pequenas e fracas contra a prepotência gananciosa das grandes nações.

A *colaboração no bem público*. — Todo o cidadão, seja qual for a sua situação, colabora no bem público com a fôrça da sua inteligência e do seu braço.

Colaboram no bem público: o agricultor, que cultiva os campos; o negociante honesto, o operário, o artífice; o funcionário público, exato cumpridor dos seus deveres; o soldado, que mantém a ordem pública e defende a pátria em perigo; o mestre, que forma e educa a inteligência das crianças; o medico, o engenheiro, o advogado, todos enfim.

Mas além desta colaboração — que representa o meio de que se serve o indivíduo para prover às próprias necessidades — outra há, sem a qual

uma nação não pode progredir ou mesmo existir: a do pagamento de impostos.

O *imposto* é uma pequena contribuição em dinheiro, a que estão sujeitos todos os indivíduos — nacionais e estrangeiros residentes no país — com o produto do qual o govêrno satisfaz a todos os gastos da nação.

O *imposto* — que é obrigatório e só pode ser criado por lei — é uma necessidade imprescindível para a nação e um dever imperioso do indivíduo, porque é com elle que o govêrno mantém os seus representantes no estrangeiro e satisfaz ali os seus compromissos. É com elle que o govêrno abre escolas, constrói asilos, auxilia as casas de caridade e outras obras de beneficência; cuida da saúde pública; explora os sertões; abre e constrói estradas; lança pontes; estabelece a troca de mercadorias; desenvolve a agricultura, as indústrias, o comércio, as letras e as artes; mantém, reforça e aperfeiçoa os meios de defesa da nação; promove o bem estar geral.

Além do *imposto*, que é obrigatório, há a *taxa* — simples pagamento de um serviço que se recebe e à qual só está obrigado quem se utiliza desse serviço.

Sendo impossível a existência de uma nação sem o *imposto* e as *taxas*, comete falta gravíssima, punida por lei, quem procura lesar o erário público.

Cabe aqui repetir esta verdade: *Ninguém tem o direito de exigir daquilo que não ajuda a alcançar*.

Idéia de govêrno

Dá-se o nome de *govêrno* à autoridade suprema que dirige os destinos de uma sociedade qualquer, porque não pode haver associação sem govêrno.

A primeira idéia de govêrno recebe-a o homem, desde criança, no lar, no seio da família, indo encontrá-la depois, mais desenvolvida, na escola e no seio da coletividade.

O govêrno da família reside nos pais ou, na falta destes, nos tutores; o da escola repousa no diretor, no mestre e em outras autoridades superiores; o das associações em um presidente e um conselho diretor, eleitos pelos associados; o das Câmaras Municipais em um prefeito e vereadores, eleitos pelos cidadãos; o dos Estados e das nações se concentra em três poderes; o *legislativo*, encarregado de propor, discutir, decretar e reformar leis; o *executivo*, encarregado de pôr as leis em execução; e o *judiciário*, que se incumbe de punir a inobservância das leis e de zelar pela sua exata aplicação.

Necessidade do govêrno. — Em tôda associação, grande ou pequena, há necessidade de uma autoridade suprema, que garanta os direitos de seus associados e exija a observância das suas obrigações. Sem esta autoridade não há família, não há sociedade, não pode haver pátria, mas sim

um conjunto de sentimentos egoístas que estragam a moral, embrutecem a razão e conduzem à *anarquia*.

A *anarquia*, quer se apresente sob os nomes de *socialismo* e *comunismo*, nada mais é do que a supressão da *sociedade organizada*, da propriedade individual, das religiões, dos governos, dos privilégios, das nacionalidades, das famílias, da Moral, para deixar ao indivíduo inteira liberdade de ação. É a negação completa do progresso, dos deveres da fraternidade humana, da solidariedade entre as nações.

Sua fórmula consiste no seguinte: a propriedade de tudo quanto a terra produz — capitais, móveis, instrumentos de trabalho, etc. — deve pertencer a todos os indivíduos igualmente, ou na medida de suas necessidades, ficando cada qual obrigado a executar o trabalho que lhe seja determinado.

Se isto fosse possível, o homem ficaria transformado em simples máquina produtiva, pois faria desaparecer d'ele a liberdade e a dignidade, a vida moral e a vida intelectual, e com elas a emulação, a livre escolha dos trabalhos, a liberdade de associação, os estímulos de produção, as alegrias da propriedade, causas tôdas que conduzem ao progresso.

O homem não veio ao mundo tão somente para viver. Ele veio para lutar, à procura do seu aperfeiçoamento moral, coisa que só consegue em sociedades livremente constituídas e sãbiamente governadas.

O princípio da autoridade. — Não sendo possível a uma nação exercer por si mesma a sua *soberania*, ela delega os seus poderes, a sua *autoridade*, a um certo número de cidadãos, que constituem a *Assembléia Geral* ou *Congresso Nacional*.

Nasce daqui o princípio da *autoridade pública*, que tem o seu fundamento na vontade esclarecida do povo, isto é, no poder que tem o povo de fazer-se obedecer por meio de representantes que êle livremente escolhe e que melhor convenham aos interesses da nação.

Esta escolha ou *eleição* de representantes do povo, conhecida pelo nome de *sufrágio universal*, é feita por meio do voto e êste só pode ser exercido por quem estiver no gozo dos seus direitos políticos.

Ao poder que tem o povo de fazer-se obedecer, dá-se o nome de *soberania nacional*.

O cidadão que se mostra indiferente na escolha dos representantes da nação, procede de modo criminoso.

Principais formas de govêrno dos países civilizados. — As principais formas de govêrno dos países civilizados são: *monarquia* e *república*.

Monarquia é a forma de govêrno na qual o poder supremo é vitaliciamente exercido por um só indivíduo, chamado *rei* ou *imperador*, poder que se transmite por hereditariedade aos descendentes do monarca.

A monarquia pode ser *absoluta*, *despótica*, *constitucional* e *representativa*.

16-9-70
[Handwritten initials]

É *absoluta* quando o soberano exerce o poder em conformidade com as leis estabelecidas, mas se reserva o direito de modificá-las e mesmo aboli-las: é *despótica* se o chefe da nação exerce todos os poderes, sem sujeição a lei alguma de caráter permanente; é *constitucional* quando o monarca tem a sua autoridade limitada e regulada por uma Constituição; é *representativa* quando o monarca exerce o poder de acôrdo com os representantes da nação.

República é a forma de govêrno cujo chefe, chamado *presidente*, é eleito pelo povo e exerce o poder durante um tempo determinado pela Constituição.

O govêrno republicano, também chamado *democrático*, pode ser *unitário* e *federativo*.

É *unitário* quando a nação tôda obedece a um só chefe ou autoridade central e é regida pelas mesmas leis; é *federativo* quando cada uma das partes em que se divide a nação possui govêrno e leis especiais, estando tôdas submetidas à autoridade central unicamente nas questões de *interesse geral*.

Fases de govêrno por que tem passado o Brasil. — Desde a época do seu descobrimento (21 de Abril de 1500) até nossos dias, o Brasil passou pelas seguintes fases: foi *colônia portuguesa* desde 21 de Abril de 1500 até 7 de Setembro de 1822, data da sua Independência; *reino*, de 7 de Setembro de 1822 a 7 de Abril de 1831; *govêrno regencial*, de 8 de Abril de 1831 a 23 de Julho de 1840; *império*, desta última data a 15 de Novembro de 1889, época em que foi proclamada a *República Federativa*, sob cujo regime ainda nos achamos.

A Nação Brasileira compreende 20 Estados, o Distrito Federal e 5 territórios.

Poderes constituídos no País, nos Estados e nos Municípios. — Todo o vasto território brasileiro, é politicamente administrado por três ordens de govêrno: *Federal*, *Estadoal* e *Municipal*.

O *Govêrno Federal* compõe-se de três ramos ou Poderes, cuja ação se desenvolve de acôrdo com o estabelecido na Constituição: *Poder Legislativo*, *Poder Executivo* e *Poder Judiciário*.

O *Poder Legislativo*, encarregado de propor, discutir e decretar as leis, é exercido pelo *Parlamento Nacional*, composto de *Câmara dos Deputados* e *Senado*.

O *Poder Executivo*, cuja função principal é a de fazer executar as leis, é exercido pelo *Presidente da República*, coadjuvado pelos *Ministros de Estado* e por um *Tribunal de Contas*, que se encarrega da fiscalização e administração das finanças federais.

O *Poder Judiciário*, encarregado de zelar pela exata aplicação das leis e de punir as suas violações, é exercido por um *Supremo Tribunal Federal* com séde na capital da República, e *juizes e tribunais* dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Os Estados são autônomos, isto é, a Constituição Federal garante-lhes o direito de elaborarem leis para tudo quanto seja de seu particular interesse, desde que não prejudiquem os interesses da Nação.

O *Governo Estadual*, consta, como o Federal, de três ramos ou Poderes: o *Legislativo*, exercido pela *Assembléia Legislativa*; o *Executivo* exercido por um *Governador*; o *Judiciário*, exercido por um *Tribunal de Apelação*, com séde na capital do Estado, e tantos *Juizes de direito, tribunais do júri* e outros juizes e tribunais espalhados pelo território quantos a lei instituir.

Os Governadores são auxiliados em suas funções por *Secretários de Estado*.

Os *Municípios* são também autônomos em tudo quanto diz respeito ao seu peculiar interesse, tendo govêrno distinto dos governos Federal e Estadual.

O *Govêrno Municipal* apresenta dois Poderes: o *Legislativo*, exercido pelos *Vereadores*; o *Executivo*, exercido por um *Prefeito Municipal*.

Todos os cargos dos governos Federal, Estadual e Municipal — exceto os de Ministros e Secretários de Estado, Ministros do Supremo Tribunal, Deembargadores, juizes federais e estaduais, que dependem de nomeação, — são preenchidos por meio do sufrágio direto ou indireto.

Nos municípios considerados *bases militares* os Prefeitos são nomeados pelos Governadores dos respectivos Estados.

O Distrito Federal é diretamente administrado pelo Govêrno da União.

Os Territórios acham-se divididos em Prefeituras autônomas e são governados por delegados da União.

As datas nacionais. — São dias de festa nacional ou feriados nacionais:

1 de Janeiro — dia dedicado à comemoração da *Fraternidade universal*.

21 de Abril — dia dedicado à comemoração dos precursores da independência do Brasil, simbolizados por *Tiradentes*;

1 de Maio — dia dedicado à exaltação do dever e dignidade do *Trabalho*;

7 de Setembro — dia dedicado à comemoração da *Independência* e considerado como o dia da festa nacional brasileira;

2 de Novembro — dia de *Finados*, consagrado à comemoração dos mortos;

15 de Novembro (1889) — dia que comemora o advento da *República*. Há, além destas, outras datas sumamente gratas ao coração brasileiro, não consideradas feriados nacionais. São elas:

25 de Dezembro — dia que marca o nascimento de *Cristo Redentor*.

13 de Maio (1888) — data da *Abolição dos escravos no Brasil*;

24 de Maio (1866) — que recorda os feitos heróicos do Exército Brasileiro, na célebre *batalha de Tuiuti* (Guerra contra o Paraguai);

1 de Julho (1865) — que lembra o glorioso feito da Armada Brasileira, na memorável *batalha de Riachuelo* (Guerra contra o Paraguai);

19 de Novembro (1889) — em que se comemora a *bandeira da República*.

Bandeira

A *bandeira* é a encarnação viva da pátria. Ela reflete nos seus desenhos e na disposição harmônica das suas côres tódã a história de um povo; suas dôres e alegrias; os feitos dos seus antepassados; sua glória e aventuras; a casa, a família, as aspirações presentes e futuras.

Quer tremule no tópo dos mastros como nas asas incertas dos ventos; na paz como na guerra; dentro ou fora da pátria, é ela que faz pulsar fortemente os corações, levando o homem à prática de atos de heroismo ou lhe acende na alma um mundo de recordações, cada qual mais terna, cada qual mais nobre e benfazeja.

Costumia-se dizer, com inteira razão, que o homem que não preza a sua bandeira e que se não descobre respeitoso à sua passagem, não preza a si próprio e a tudo que lhe pertence.

A *bandeira Brasileira*, adotada pela República, pelo Decreto n. 4, de 19 de Novembro de 1889, conservou as mesmas côres e a mesma disposição da bandeira imperial, modificando-a sômente em alguns pontos, para melhor traduzir as aspirações do povo, sob a nova forma de govêrno. Não houve quebra das antigas tradições, que a República manteve nas côres *verde* e *amarela*, do seguinte modo: um losango amarelo em campo verde, tendo no centro uma esfera azul, atravessada por uma zona branca em sentido oblíquo e descendente da esquerda para a direita, com a legenda — *Ordem e Progresso* — e ponteadã por vinte e uma estrelas, entre as quais as da constelação do Cruzeiro do Sul, dispostas na sua situação astronômica quanto à distância, representando os vinte Estados da República e o Município neutro (*Distrito Federal*).

O campo verde representa a nossa imensa riqueza vegetal; o losango amarelo, o ouro das nossas minas; a esfera central, o puríssimo azul do

nosso céu; as vinte e uma estrelas, os Estados da União e o Distrito Federal; a divisa *Ordem e Progresso*, o desejo que nos anima de sermos grandes pelo trabalho e de tudo fazermos guiados pela razão e pela justiça; o Cruzeiro do Sul, o nome primitivo da *Terra de Santa Cruz*.

NOTA. — Nos livros "O lar" e "Pátria e Amor" de Miguel Milano, aprovados e adotados para leitura nos 3.º e 4.º anos, o professor encontrará as histórias necessárias à concretização dos assuntos aqui expostos. Adotando-os em sua classe economizará tempo e trabalho.

CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS

- PROGRAMA OFICIAL: 1) — O homem; partes principais do corpo humano. Estudo muito simples do esqueleto. Aparelho digestivo: seus órgãos. A digestão. Alimentos e suas espécies. Conselhos higiênicos sobre a alimentação.
- 2) — Idéia geral sobre a função da respiração e sobre a circulação. Conselhos higiênicos. Cuidados com os órgãos dos sentidos. O asseio; sua importância e necessidade para a saúde.
- 3) — Os animais. Noções dos grandes ramos e da divisão de um animal tomado como tipo de cada grupo. Animais úteis; cuidados que merecem; seu tratamento.
- 4) — Produtos animais; couro, ossos, chifres, seda, etc. Animais nocivos e perigosos; meios de os evitar e extinguir. A fauna brasileira.
- 5) — Os vegetais; estudo, sobre alguns espécimes escolhidos, dos principais órgãos da planta. Noção das grandes divisões do reino vegetal. Indicações de plantas úteis e nocivas.
- 6) — Idéia geral sobre a germinação: causas que a favorecem e a prejudicam. Descrição muito simples dos instrumentos usuais da lavoura. Diversos processos para a reprodução artificial dos vegetais; estacas, mergulhia e enxertia.
- 7) — Estudo muito simples sobre o plantio e cultura do café, algodão, cana de açúcar, batata, mandioca e cereais.
- 8) — Experiências e observações sobre fenômenos relativos á gravidade e ao som. Calor: fontes e efeitos. Termômetros.
- 9) — Luz: produção e propagação. Os espelhos e o prisma. As côres do arco-íris. A água e o ar. A chuva e o vento.
- 10) — Aplicação de alguns dos minerais mais conhecidos: carvão, ferro, cobre, chumbo, níquel, prata, ouro, etc.

CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS

O homem: partes principais do corpo humano

O homem é o mais perfeito dos animais; é superior a todos êles, domina-os e fá-los servir às suas necessidades. É dotado de inteligência, sua vontade é livre, possui o uso da razão e o dom da fala, e manifesta os seus pensamentos por meio da palavra. Nada disto se encontra nos outros animais.

O homem só tem de comum com muitos dos irracionais a forma exterior do corpo, a estrutura interna das diversas partes do mesmo e o instinto de conservação.

O corpo do homem é externamente revestido pela pele. Por baixo desta acham-se os músculos, que cobrem os ossos e a êles se prendem. São os músculos que põem o corpo em movimento.

Principais partes do corpo humano. — O corpo humano divide-se em cabeça, tronco e membros.

A cabeça compreende duas partes: o crânio e a face. O crânio ocupa a parte mais alta da cabeça e tôda a parte de trás: sua pele, exceção feita da testa, é tôda coberta de cabelos. A face fica por baixo da testa, termina inferiormente pelo queixo e chega lateralmente até às aberturas das orelhas.

Na face encontram-se órgãos importantíssimos, como os olhos, o nariz, a boca e os ouvidos.

O tronco compreende o pescoço, o tórax e o abdomen.

O pescoço é a parte que une a cabeça ao tórax.

O tórax é a parte média do tronco. Nele se notam o peito para a frente e o dorso ou costas para atrás.

O abdomen é a parte mais baixa do tronco. Sua parte anterior chama-se ventre, a posterior lombo e as partes laterais flancos.

Os membros são quatro: dois superiores e dois inferiores.

Os membros superiores compreendem a mão, o antebraço, o braço e a espádua ou ombro.

A mão é constituída de *palma* e *dorso*, e de cinco *dedos*. Êstes são assim chamados: *polegar*, *indicador*, *médio*, *anular* e *mínimo*.

Cada dedo é ornado de uma *unha*.

A mão prende-se ao antebraço por meio do *pulso*; o antebraço une-se ao braço no *cotovêlo*.

Os *membros inferiores* compreendem o *pé*, a *perna*, a *côxa* e a *anca*.

No pé notam-se o *calcanhar*, a *planta* e o *dorso do pé*, e cinco *dedos*, chamados *artelhos*.

Cada *artelho* possui uma *unha*.

A perna une-se à *côxa* no *joelho*; o pé prende-se à perna no *tornozelo*.

O esqueleto

Todo o *corpo humano* é mantido por uma forte armação de ossos, chamada *esqueleto* (fig. 105).

O esqueleto apresenta a mesma divisão do corpo: *cabeça*, *tronco* e *membros*.

A *cabeça* é formada por 22 ossos, sendo 8 do *crânio* e 14 da *face*.

Os ossos do *crânio* são chatos e imóveis. Formam uma espécie de *caixa óssea*, mais ou menos oval, chamada *caixa craniana*. É ela que contém o *cérebro*.

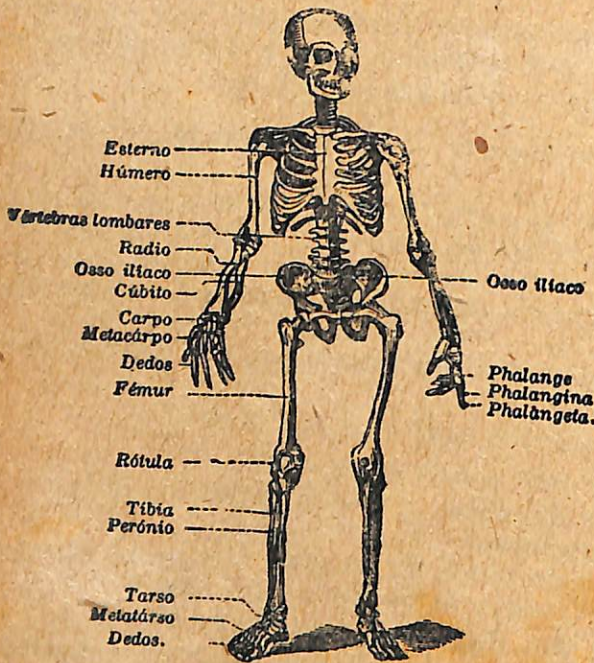


Fig. 105

Os ossos da *face* unem-se de modo a deixarem várias cavidades: a *bôca*, que contém a *língua* e os *dentés*; as *órbítas*, que possuem os *olhos*; as *fossas nasais* ou aberturas do *nariz*.

O *maxilar inferior* é o único osso móvel da *face*, bem como de *tôda* a *cabeça*.

O *tronco* (fig. 106) consta da *coluna vertebral*, do *externo* e das *costelas*. A reunião destes ossos constitui uma espécie de *gaiola*, chamada *caixa torácica*, dentro da qual se encontram o *coração* e os *pulmões*.

A *coluna vertebral* é formada por 33 *ossinhos* iguais, furados no centro,

chamados *vértebras* (fig. 107). Estas *vértebras* acham-se empilhadas em *coluna* e são móveis umas sôbre as outras. O conjunto das suas aberturas forma um longo canal ocupado pela *medula espinhal*.

O *externo* é um osso largo e achatado, situado no meio do *peito*.

As *costelas* são ossos finos, longos, arredondados, recurvados em arco, que partem da *coluna vertebral* e vão ligar-se ao *externo*.

Contam-se 12 pares de *costelas*.

Os *membros superiores* compreendem: os dois ossos da *espádua* ou *ombro* — a *amoplata* e a *clavícula* (fig. 106); o osso do *braço*, que é o *húmero* (fig. 105); os dois ossos do *antebraço* que são o *rádio* e o *cúbito* (fig. 105); os 27 ossos da *mão*, dos quais 14 formam o esqueleto dos *dedos* e são chamados *falanges* (fig. 105).

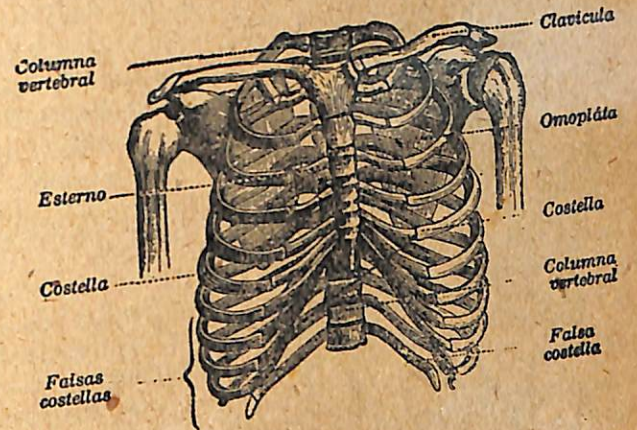


Fig. 106

Cada *dedo* tem três *falanges*, assim denominadas: *falange*, a que fica achegada à *palma da mão*; *falangina*, a do *meio*; *fangeta*, a *última*.

O *dedo polegar* não possui a *fangeta*.

Os *membros superiores* prendem-se ao *tronco* por meio dos ossos da *espádua*.

Os *membros inferiores* (fig. 105) compreendem: o osso da *anca*, que é o osso *ilíaco*; o osso da *côxa*, chamado *fémur*; os dois ossos da *perna*, que são *tibia* e *perónio*; a *rótula*, pequeno osso arredondado que se acha no *joelho*; os 26 ossos do *pé*, 14 dos quais, chamados *falanges*, formam o esqueleto dos *artelhos* ou *dedos do pé*.

Todos os *artelhos* possuem *falange*, *falangina* e *fangeta*, exceto o grande *artelho*, que só possui as duas primeiras.

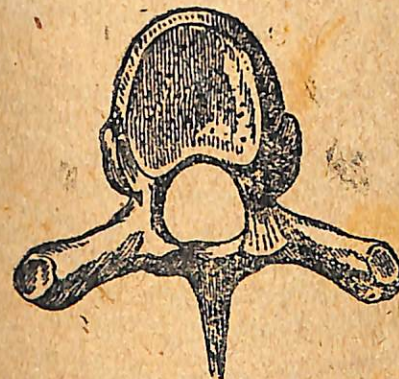


Fig. 107

Aparelho digestivo: seus órgãos

Aparelho digestivo (fig. 108) é o conjunto de órgãos que recebem os alimentos e os transformam em substância fácil de ser transportada pelo sangue, afim de alimentar o organismo.

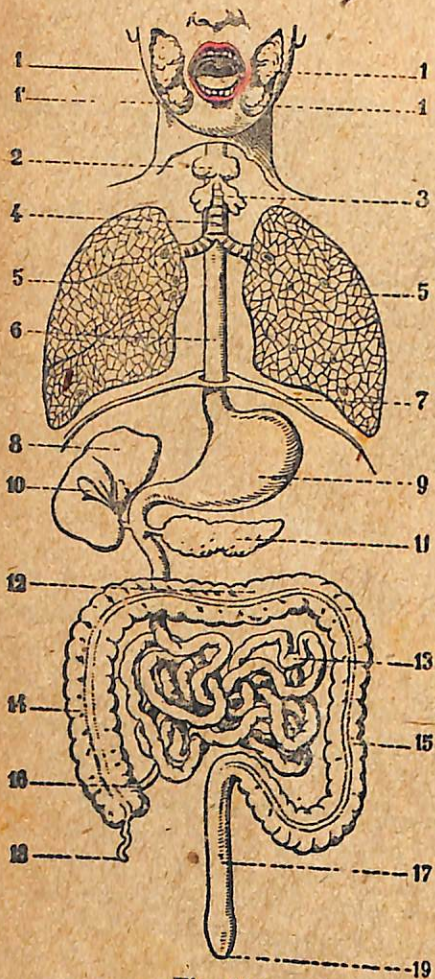


Fig. 108

São órgãos do aparelho digestivo: a *bôca*, a *faringe*, o *estômago* e os *intestinos*.

A *bôca* é uma cavidade situada quase no meio da face, que pode ser fechada e aberta por meio dos lábios. Contém, em seu interior, a *língua* e os *dentes*.

Os *dentes* são os órgãos da mastigação e dividem-se em: *incisivos*, *caninos* e *molares* (fig. 109). São formados de uma substância óssea, chamada *marfim*, e constam de três partes: a *coroa*, que fica para fóra das gengivas; a *raiz*, que se enterra nos ossos maxilares; e o *colo*, que é o ponto de união da coroa com a raiz.

O indivíduo adulto tem 32 dentes ao todo, sendo 16 em cada maxilar: 8 incisivos, 4 caninos, 8 pequenos molares e 12 grandes molares.

Até à idade de 7 anos as crianças só têm 20 dentes, 10 em cada maxilar: 8 incisivos, 4 caninos e 8 pequenos molares.

Estes dentes, chamados *dentes do leite*, caem depois de certo tempo, sendo substituídos por outros mais fortes, chamados *dentes permanentes*.

Logo em seguida à *bôca* vem a *faringe* ou *garganta*, que se comunica com o *esôfago* pela parte inferior. É

uma cavidade de 5 a 6 centímetros de largura pelo dôbro de comprimento. O *esôfago* (fig. 108-6), que lhe vem a seguir, é um canal cilíndrico de 25 centímetros de comprimento, que desce verticalmente entre a colu-

na vertebral e a *traquéia* (4) e vai abrir-se no estômago por uma abertura denominada *cárdia*.

O *estômago* (9) é uma bolsa membranosa, situada horizontalmente por baixo de um músculo chamado *diafragma* (7) e comunica com o intestino por uma abertura chamada *piloro*. Sua capacidade é de 2 a 3 litros.

O *intestino* é um longo tubo que se divide em duas partes: o *intestino delgado* (13), externamente liso, pouco mais grosso que o dedo polegar, com um comprimento aproximado de 5 a 6 vezes o corpo inteiro de cada pessoa; o *grosso* (12), muito mais grosso que o delgado, cheio de ondulações na superfície, com um comprimento que regula três quartas partes do tamanho do corpo de cada pessoa.

Completam esta série de órgãos as *glândulas digestivas*, cujas principais são: as *glândulas salivares*, os *foliculos gástricos* e o *fígado*.

As *glândulas salivares* (1-1'), situadas nas paredes da bôca, produzem a *saliva*, que muito contribui para o fenômeno da digestão. São em número de 6.

Os *foliculos gástricos*, pequenas glândulas situadas na membrana interna do estômago, produzem o *suco gástrico*, que é também um líquido quase igual à saliva.

O *fígado* (8), situado no abdomen, à direita do estômago, produz a *bilis*, líquido esverdeado e amargoso, que se derrama no intestino delgado. É a glândula mais volumosa do corpo humano.

A digestão

Os alimentos que ingerimos são levados à bôca, mastigados pelos dentes, e, com o auxílio da língua, umedecidos pela saliva. Preparado o *bôlo alimentar* por este modo, êle é arremessado para o fundo da bôca, percorre a faringe, de onde desce pelo esôfago e vai cair no estômago.



Fig. 109

No estômago os alimentos sofrem a ação do suco gástrico, transformando-se em uma *papa* chamada *quimo*.

Logo que todo o alimento fique reduzido a quimo, passa do estômago para o intestino, sofre a ação dos sucos intestinais, da bilis e do suco pancreático, transformando-se em uma massa cinzenta, quase líquida, chamada *quilo*.

É do quilo que as paredes do intestino absorvem as substâncias úteis e bem digeridas, fazendo-as passar para o sangue.

As substâncias não absorvidas, por inúteis, continuam a descer pelo intestino, até serem eliminadas como *fezes*.

Alimentos e suas espécies

Dá-se o nome de *alimento* a toda substância que, introduzida no aparelho digestivo, serve para a nutrição.

Os alimentos dividem-se em *orgânicos* e *inorgânicos*. Os primeiros destinam-se a alimentar os tecidos e os últimos a manter o calor animal.

Os alimentos *orgânicos* são fornecidos pelos animais e pelas plantas; os *inorgânicos* compreendem os *sais*, a *água* e o *oxigênio*.

Das substâncias alimentares mais em uso, são de origem animal a *carne*, os *ovos*, o *leite*, a *manteiga* e o *queijo*; são de origem vegetal os *cereais* (trigo, centeio, arroz, milho), os *legumes* (feijão, fava, lentilhas, ervilhas), as *frutas* (laranjas, peras, maçãs, figos, bananas), as *verduras* (couve, alface, chicória, rabanetes, cenouras).

Uma alimentação puramente vegetal, constituída de cereais, legumes e óleos vegetais é *sã* e *satisfaz*, mas requer grande quantidade de alimentos e estômago e intestino muito volumosos. Produz pouco sangue e abrevia a mocidade, prolongando a velhice.

A alimentação quase somente animal requer menor quantidade de alimentos, reduz o volume do estômago e do intestino. Produz mais sangue, dá maior resistência à fadiga, mas expõe a distúrbios das funções digestivas.

A alimentação que mais convém aos indivíduos é a *mista*, constituída de substâncias animais e vegetais. A quantidade de umas e outras varia, porém, de indivíduo a indivíduo, de acôrdo com o meio que habita, de acôrdo com os seus hábitos, gostos, constituição física e ocupações.

O *oxigênio* e a *água* são alimentos inorgânicos indispensáveis ao organismo: o primeiro, para a combustão dos alimentos, afim de produzir o calor; a segunda, para reparar a perda de água que o organismo sofre através da urina, do suor, dos pulmões e das fezes, perda que, no indivíduo adulto, é calculada em mais de 2 litros em 24 horas.

Higiene da alimentação

Para gozarmos saúde perfeita, todos os órgãos do nosso corpo devem ser mantidos em bom estado de funcionamento.

Uma alimentação *sã* contribui para manter o tubo digestivo em boas condições e para assegurar uma boa e completa digestão. Isto é indispensável, para que os alimentos ingeridos sirvam realmente para alimentar todas as partes do nosso corpo.

Para tal conseguir, devemos comer moderadamente, de modo a não sobrecarregar o estômago, deixando um intervalo de algumas horas entre as refeições, para que a digestão se faça devagar e sossegadamente.

A digestão se faz em 3 ou 4 horas, mais ou menos, depois de cada refeição, e nestas horas convém não tomarmos mais alimentos.

Comer sem necessidade, por simples gulodice, é vício muito prejudicial.

Os alimentos, tanto animais como vegetais, devem ser frescos e bem cozidos. Uma vez introduzidos na bôca, devem sofrer completa mastigação, para que possam ser facilmente digeridos.

Beber muita água durante as refeições é querer prejudicar a digestão. A água também deve ser tomada moderadamente.

Licorês e bebidas alcoólicas não só prejudicam o organismo como estragam a inteligência.

Idéia geral sôbre a função da respiração

A *respiração* é uma série de atos por meio dos quais o ar é levado ao interior do nosso organismo, afim de transformar o *sangue venoso* em *sangue arterial*. É uma função necessária à vida como a alimentação.

Os órgãos que servem para a respiração são os *pulmões* (fig. 108-5). Os *pulmões* são duas grandes massas esponjosas, colocadas na caixa torácica, uma de cada lado do coração, enchendo-a completamente.

Para que o ar chegue aos pulmões, precisa passar por outros órgãos que, com os pulmões, formam o *aparelho respiratório*. Assim: o ar entra pelas *fossas nasais* e também pela *bôca*, passa pela *laringe*, percorre a *traquéia-artéria* (fig. 110) e penetra nos *pulmões*, por meio dos *brônquios* (fig. 110).